



Programa aprovado pelo Conselho Superior de Ensino e Pesquisa da UFPA – Resolução 2545/98. Reconhecido nos termos das Portarias N°. 84 de 22.12.94 da Presidente da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e No. 694 de 13.06.95 do Ministério da Educação e do Desporto. Doutorado autorizado em 1999.

Masculinidades e Comportamentos Prejudiciais: Intervenções Comportamentais Baseadas nas Terapias de Terceira Onda

José Edberto Gadelha Rocha Junior

Belém – PA

2026

Masculinidades e Comportamentos Prejudiciais: Intervenções Comportamentais Baseadas nas Terapias de Terceira Onda

José Edberto Gadelha Rocha Junior

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre
Orientador: Prof. Dr. Emmanuel Zagury Tourinho

Coorientador: Prof. Dr. Aécio de Borba Vasconcelos Neto

Belém – PA

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R672m Rocha Junior, José Edberto Gadelha.
Masculinidades e Comportamentos Prejudiciais : Intervenções
Comportamentais Baseadas nas Terapias de Terceira Onda / José
Edberto Gadelha Rocha Junior. — 2026.
X, 70 f.

Orientador(a): Prof. Dr. Emmanuel Zagury Tourinho
Coorientador(a): Prof. Dr. Aécio de Borba Vasconcelos Neto
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo
de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Programa de Pós-
Graduação em Neurociências e Comportamento, Belém, 2026.

1. gênero. 2. masculinidade. 3. terapia Comportamental. 4.
regras. 5. intervenção. I. Título.

CDD 150.77

**O presente trabalho foi realizado com apoio da
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível
Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.**

**This study was financed in part by the Coordenação de
Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil
(CAPES) - Finance Code 001.**

**José Edberto Gadelha Rocha Junior, Programa de Pós-Graduação em Teoria e
Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém-PA, Brasil.**

Contato: José Edberto Gadelha Rocha Junior.

Mail: edbertojunior.psi@gmail.com

Defesa de Mestrado

**“Masculinidades e Comportamentos Prejudiciais:
intervenções comportamentais baseadas nas terapias de
terceira onda.”**

Aluno: José Edberto Gadelha Rocha Júnior.

Data da Defesa: 29 de janeiro de 2026.

Resultado: Aprovado.

Banca Examinadora:

Profº Drº Emmanuel Zagury Tourinho (orientador – UFPA).

Profº Drº Aécio de Borba Vasconcelos Neto (coorientador - University of North Texas).

Profª Drª Aline Beckmann de Castro Menezes (membro 1 – UFPA).

Profª Drª Camila Muchon de Melo (membro 2 – UEL).

Termo de Autorização e Declaração de Distribuição não exclusiva para Publicação Digital no Repositório Institucional da UFPA

IDENTIFICAÇÃO DO AUTOR E DA OBRA

Autor*: José Edberto Gadelha Rocha Junior

Vínculo com a UFPA: () Servidor; (X) Discente

Unidade: Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento

Sub Unidade: Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento

Tipo do documento: () Tese; (X) Dissertação; () Livro; () Capítulo de Livro; () Artigo de Periódico; () Trabalho de Evento; () Outro. Especifique: _____

Título do Trabalho: Masculinidades e Comportamentos Prejudiciais: Intervenções Comportamentais Baseadas nas Terapias de Terceira Onda

Data da Defesa: 29/01/2026 Área do Conhecimento: Psicologia Experimental

Agência

de Fomento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

*Para cada autor, uma autorização preenchida e assinada.

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO EXCLUSIVA

O referido autor:

- Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.
- Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à Universidade Federal do Pará os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros, está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal do Pará, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo a UFPA a disponibilizar de acordo com a licença pública *Creative Commons* Licença 3.0 *Unported*, e de acordo com a Lei nº 9610/98, o texto integral da obra citada, conforme permissões abaixo por mim assinaladas, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a partir desta data.

Permitir o uso comercial da obra?

- () Sim
(X) Não

Permitir modificações em sua obra?

- () Sim, contanto que compartilhem pela mesma licença
(X) Não

O documento está sujeito ao registro de patente?

- () Sim
(x) Não

A obra continua protegida conforme a Lei Direito Autoral.

Belém(PA), 28 / 04 / 2026

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos do Autor

Rocha Junior, J. E. G. (2026). **Masculinidades e Comportamentos Prejudiciais: Intervenções Comportamentais Baseadas nas Terapias de Terceira Onda**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Belém, PA, 70 p.

RESUMO

Uma prática cultural deve ser compreendida dentro de um processo de construção histórico e cultural. Isso inclui as práticas associadas a gênero. A transmissão das práticas culturais se origina a partir da seleção de quais comportamentos serão reforçados e punidos pelos membros do grupo. Os padrões de gênero são exemplos disso. As categorias de gênero são construções sociais que descrevem os comportamentos impostos aos homens e às mulheres, estabelecidos socialmente e arbitrariamente e controlados por contingências de reforço e punição. Alguns comportamentos relativos a padrões de masculinidade podem ser considerados prejudiciais e associados a menores níveis de saúde mental. Esse cenário torna necessário o desenvolvimento de estratégias interventivas que possam reverter e mitigar os impactos dessas práticas. Nesse contexto, em função de o comportamento ser a relação organismo-ambiente, as terapias comportamentais estão aptas a intervir eficazmente nos comportamentos prejudiciais. A discussão aqui proposta se baseia nas lacunas a respeito de como clínicos comportamentais podem lidar com as especificidades relativas à masculinidade e na importância da implicação da psicoterapia comportamental em problemáticas sociais. O presente trabalho investigou na literatura comportamental quais intervenções são utilizadas às classes de comportamento prejudiciais relativos aos padrões de masculinidade. Para tanto, após a análise da literatura foram criadas cinco categorias que descrevem os comportamentos apontados como relacionados a padrões de masculinidade. Foi indicado que padrões prejudiciais associados à

masculinidade são mantidos por contingências sociais e pelo seguimento de regras. As intervenções descritas dão ênfase na modificação do controle verbal.

Palavras-chave: gênero, masculinidade, terapia comportamental, intervenção, regras

Rocha Junior, J. E. G. (2026). **Masculinities and Harmful Behaviors: Behavioral Interventions Based on Third-Wave Therapies**. Master's Dissertation. Postgraduate Program in Theory and Research of Behavior. Belém-PA. 70 pages.

ABSTRACT

A cultural practice must be understood within a process of historical and cultural construction. This includes practices associated with gender. The transmission of cultural practices originates from the selection of which behaviors will be reinforced and punished by members of the group. Gender patterns are examples of this. Gender categories are social constructions that describe the behaviors imposed on men and women, established socially and arbitrarily, and controlled by contingencies of reinforcement and punishment. Some behaviors related to patterns of masculinity may be considered harmful and associated with lower levels of mental health higher levels of male mortality. This scenario makes it necessary to develop intervention strategies capable of reversing and mitigating the impacts of these practices. In this context, since behavior is the result of the interaction between the organism and external variables, behavioral therapies are well suited to effectively intervene in harmful behaviors. The discussion proposed here is based on gaps regarding how behavioral clinicians can address the specificities related to masculinity and on the importance of the involvement of behavioral psychotherapy in social issues. The present study investigated, in the behavioral literature, which interventions are used for classes of harmful behavior related to patterns of masculinity. To this end, after analyzing the literature, five categories were created to describe the behaviors identified as related to patterns of masculinity. It was indicated that harmful patterns associated

with masculinity are maintained by social contingencies and rule-governed behavior. The interventions described emphasize the modification of verbal control.

Keywords: gender, masculinity, behavioral therapy, intervention, rules.

[OBJ]

Sumário

Introdução	11
Método	26
Resultados e Discussões	27
Seguimento de Regras	30
Violência e Agressividade	38
Uso/Abuso de substâncias	44
Vulnerabilidade e Intimidade	48
Autocontrole Emocional	54
Considerações Finais	61
Referências	64

Uma prática cultural, mesmo descrita em uma determinada cultura como “natural” ou “normal”, deve ser compreendida dentro de um processo de construção histórico e cultural. Isso inclui as práticas que estão associadas a gênero, como a masculinidade. Dentro de uma perspectiva comportamentalista radical, a cultura pode ser definida a partir dos padrões comportamentais aprendidos, transmitidos e repetidos entre indivíduos e suas gerações (i.e., práticas culturais) (Andery, 2011). É, portanto, produto dos entrelaçamentos das relações comportamentais sociais dos sujeitos dela partícipes (Andery, 2011; Glenn, 2004). Afirmar que os entrelaçamentos dessas contingências sociais formam a cultura é dizer que os sujeitos, ao interagirem, aprenderam a ser ambiente antecedente e consequente para as respostas uns dos outros (i.e., comportamento social).

De acordo com Glenn (2004), a cultura se inicia com a transmissão de linhagens comportamentais de um indivíduo para o repertório de outros, o que é chamado de linhagem culturo-comportamental. Segundo a autora, "o termo práticas culturais refere-se a padrões de conteúdo comportamental semelhantes, geralmente resultante de semelhanças ambientais" (p. 140). Dessa forma, entendemos aqui que a transmissão das práticas culturais origina-se a partir da seleção de quais comportamentos serão reforçados (às vezes chamados em uma cultura de certos/normais) e quais serão punidos (possivelmente definidos como errados/anormais) pelos membros do grupo (Baum, 2017/2019). Sobre a transmissão por meio de imitação, Skinner (1953/2003) comenta que, ao imitar outros membros do grupo, o sujeito tem maiores chances de ser reforçado e menores de produzir estímulos aversivos. Vale ressaltar que o próprio comportamento de pessoas em grupo, sendo ora antecedente ora consequente, também foi selecionado por variáveis ambientais. Isso quer dizer que o grupo (e os indivíduos) aprenderam o que reforçar e o que punir.

Ao afirmar que as práticas culturais são elas próprias passíveis de análise e sendo constituídas por respostas operantes individuais, Andery (2011) abre espaço para enxergarmos

em tais relações características de variação e seleção, sendo, portanto, contextualmente determinadas. Em outras palavras, são controladas pelas variáveis ambientais e por suas possíveis mudanças. Tais considerações sobre a determinação das práticas culturais evocam a consideração do caráter arbitrário, determinado e passageiro da visão da sociedade perante algumas práticas. No escopo deste trabalho discutiremos especificamente sobre as práticas envolvidas em questões relativas a gênero, em particular à masculinidade.

Neste trabalho, ao falarmos de gênero estamos nos referindo a um conjunto de padrões comportamentais impostos às pessoas em função do sexo biológico, mas que podem ser vistos como culturalmente determinados (Malott, 1996; Ruiz, 2003). Portanto, os comportamentos a serem adotados por determinado gênero são estabelecidos socialmente e arbitrariamente, e controlados por contingências de reforço e punição mantidas dentro de uma cultura (Malott, 1996). Ou seja, as categorias de gênero são uma construção social que descreve os “papéis designados aos homens e às mulheres, como estereótipos de masculinidade e de feminilidade” (Silva & Laurenti, 2016, p. 200). É a partir dessas delimitações que diferentes contingências e regras são estabelecidas para homens e mulheres, dizendo respeito ao padrão esperado de como cada gênero deve se comportar (Sant’ana et al., 2019). À vista disto, consideramos aqui que expressões de comportamentos tidos como “femininos” ou “masculinos” são frutos das contingências de reforço e punição às quais somos expostos e dispostos pelo grupo que fazemos parte, não categorias inerentes a determinado sexo. Portanto, as palavras “feminino” e “masculino” serão utilizadas entre aspas por se tratarem de categorias arbitrárias, cujos significados não decorrem de propriedades naturais ou essenciais, mas de convenções culturais.

Diante da discussão de que gênero é construído a partir de contingências de reforço mantidas em uma cultura, assumimos que o “papel de gênero tradicionalmente atribuído ao homem chama-se masculinidade” (Sousa, 2022, p. 210). Levando em

consideração as formas de “ser homem”, é possível encontrar pluralidade dentro de uma mesma cultura. As classes e padrões comportamentais considerados mais honrados e almejados para homens, numa determinada cultura, são classificadas como Masculinidade Hegemônica (Connell, 1998; Connell & Messerschmidt, 2013).

De acordo com Connell e Messerschmidt (2013), o conceito de Masculinidade Hegemônica começou a ser proposto no início dos anos 1980. O termo também abrange classes de comportamentos que permitem a manutenção da dominação dos homens sobre as mulheres (e.g., a partir de práticas tóxicas e violentas) (Connell & Messerschmidt, 2013), conservando assim a própria estrutura patriarcal. Nicolodi e Hunziker (2021) definiram patriarcado "como um conjunto de regras e contingências sociais que dá aos homens maior domínio sobre os reforçadores/punidores a serem liberados socialmente (maior poder), com relevantes prejuízos para as mulheres" (p.164). Muito comumente a dominação é expressa em formas de hierarquização e exclusão das mulheres, mas também de outras masculinidades não hegemônicas.

Connell (1998) aborda as masculinidades por uma perspectiva relacional, considerando que essas existem apenas a partir das interações sociais entre as pessoas, sendo constantemente produzidas pelos recursos do meio, o que neste trabalho serão analisadas a partir das relações ambientais e contingências de reforço e punição. Os padrões de comportamento reforçados nos homens desde tenra idade são determinados por contingências pautadas na dominação de mulheres (Connell, 1987) e de homens hierarquicamente inferiores (i.e., os que não reproduzem os padrões hegemônicos) (Rocha Junior et al., 2023), além de estabelecer a valorização da atividade sexual e laborativa, da resistência física e moral, do controle do corpo e das emoções (e.g., não chorar) como dimensões topográficas importantes (Connell & Messerschmidt, 2013; Zanello, 2018).

A despeito da masculinidade hegemônica ser composta pelos padrões de comportamento reconhecidos como ideais (i.e., a forma mais honrada de ser homem), isso não implica que essa é a forma mais comum de masculinidade (Connell, 1998). Ela não se configura necessariamente como padrões alcançáveis pela maioria dos sujeitos (Connell & Messerschmidt, 2013), mas sim como algo a ser perseguido no decorrer da vida. Isso quer dizer que, para a autora, os padrões de masculinidade hegemônica são determinados por uma lógica normativa (“é assim que um homem deve ser”), independente se tais padrões são possíveis de serem reproduzidos por limitações financeiras, físicas etc. A dificuldade dessa reprodução pode ser explicada pela própria representação da masculinidade hegemônica atual, pautada na imagem do homem atravessado por marcadores sociais específicos como a branquitude, a heterossexualidade e a riqueza (Kuch & Dittrich, 2024).

A emissão desses padrões, portanto, é comumente reforçada. Em outras palavras, enquanto é permitido, desejável e reforçado que homens emitam comportamentos relacionados ao "ser homem" (e.g., demonstrações de coragem, embotamento afetivo e emocional), respostas contrárias a isso são passíveis de punição. Essa lógica misógina (entendida por nós como a repulsa das características femininas independente se presentes em mulheres ou homens) produz contingências em que meninos são ensinados a repudiar e evitar padrões de comportamentos "femininos" (e.g., demonstrações de sensibilidade, expressões de sentimentos e cuidado, docilidade e fragilidade) (Connell & Messerschmidt, 2013; Zanello, 2018, 2020). Por outro lado, são incentivados e ensinados a desenvolver padrões “masculinos”, como a insensibilidade e/ou embrutecimento emocional (e.g., exercer controle sobre as emoções e/ou não as expressar de forma aberta) e a virilidade laborativa (i.e., ser um provedor das necessidades da família) e sexual (e.g., ser o ativo; performar um bom desempenho; ter muitas relações sexuais) (Zanello, 2018). Dessa forma, muitos homens têm experiências adversas ao entrar em contato com a forma hegemônica, seja ao se sentirem

pressionados a se comportarem de acordo ou sofrerem as mazelas de não conseguirem se adequar (Connell, 1998). Kupers (2005) indica que, ao se afastarem dos padrões hegemônicos, os homens tendem a se preocupar com serem considerados menos viris (i.e., menos masculinos, portanto menos homens) por outros.

De acordo com Welzer-Lang (2001), essa aprendizagem se inicia quando os meninos começam a frequentar espaços monossexuados, nomeados pelo autor como “casa-dos-homens” (e.g., pátios de colégios, estádios e clubes esportivos, bares), e a atravessar uma fase de homossociabilidade (i.e., relações sociais entre pessoas do mesmo sexo). Nesses espaços, os homens mais velhos, já iniciados por outros, “mostram, corrigem e modelizam os que buscam o acesso à virilidade” (p. 462). Neste ponto, acrescento à ideia do autor que da mesma forma que os comportamentos “femininos” emitidos por homens assumem função de operação motivadora (Michael, 1993) para homens emitirem respostas com função de punição, provavelmente esses comportamentos (“feminilizados”) assumem a mesma função para mulheres, motivando-as também a emitirem respostas com função de punição. Assim, é provável que meninos aprendam também no contato com mulheres a se portarem de acordo com os padrões hegemônicos.

É apontado por Connell (1998) que os padrões de gênero masculinos (i.e., masculinidades) são sustentados (i.e., controlados) não apenas por indivíduos, mas também por grupos e instituições. Esse controle exercido pelo grupo é apontado por Skinner (1953/2003) como mais poderoso quando comparado ao controle provindo de indivíduos particulares. Segundo o autor, o controle é mais eficaz quando duas ou mais pessoas manipulam variáveis com efeitos comuns sobre o comportamento. Tais manipulações podem servir para o grupo controlar a tendência da emissão de ações específicas, de modo que resultem no reforçamento de outros membros. O autor também pontua que, em geral, a imitação e juntar-se a um grupo aumentam as probabilidades de gerar reforçamento.

Ainda de acordo com Skinner (1953/2003), a principal técnica de controle do indivíduo empregada pelo grupo é a de classificar os comportamentos como bom/mau ou certo/errado e reforçá-los ou puni-los em função disto. Nesse sentido, Skinner (1981) define o que é “bom” em função de cada um dos três níveis de seleção. Na filogênese, bom é aquilo que promove a sobrevivência da espécie. Na ontogênese, bom é aquele comportamento do indivíduo que é eficaz em contingências de reforço (i.e., produz reforçamento). Já em nível cultural, o bom comportamento é qualquer um que promova a sobrevivência da própria cultura, “como manter o grupo unido ou transmitindo suas práticas” (p. 503).

Sob a óptica da emissão de comportamentos por parte de homens em grupos que tradicionalmente reproduzem a lógica da masculinidade hegemônica, os comportamentos "masculinos" são tidos como bons/certos e os "femininos" como maus/errados. Dessa forma, homens acabam por ser ensinados, dentre outras coisas, a imitar os “bons” comportamentos (i.e., masculinos) do grupo. Neste ponto, entendemos que a homossociabilidade pode exercer importante papel no poder de controle do grupo, pois esses ambientes monossexuados podem estabelecer outros homens como fontes particularmente valiosas de reforço para seus pares. Partindo desse pressuposto, homens podem ser fortemente motivados a tentarem ao máximo seguir os padrões hegemônicos em função de reforço positivo por segui-los.

As virilidades mencionadas (e.g. padrões de embrutecimento emocional e virilidade sexual) compõem ideais constituintes da masculinidade hegemônica brasileira (Zanello, 2018). De acordo com Badinter (1992/1993), tais padrões masculinos de afastamento e negação do feminino referem-se à tentativa de convencimento (a si e a outros) de que não se é uma mulher, um bebê ou um homossexual. Dessa forma, é a partir do contato com contingências reforço e punição em função da emissão de padrões “masculinos” que são construídas as identidades e a noção de “self” dos homens (Marques et al., 2023).

Welzer-Lang (2001) pontua que as relações entre homens/mulheres e homens/homens são baseadas em um duplo paradigma naturalista: uma pseudo natureza superior dos homens e uma visão heterossexuada de mundo que ampara a ideia de normalidade como embutida nas relações sexuais entre homens e mulheres. Em outras palavras, um paradigma que entende a heterossexualidade e a superioridade masculina como normal.

Um paralelo pode ser feito ao pensarmos em algumas práticas LGBTQIA+fóbicas. Connell (1998) apontou que a dominância hegemônica pode assumir diversas formas, das mais implícitas às mais violentas, como no caso da homofobia. Um exemplo são os casos de agressão motivados por demonstrações públicas de carinho e cuidado entre homens cisheterossexuais, consideradas comportamentos “desviantes” a uma norma heteronormativa (Menezes & Borba, 2023). De acordo com os autores, tais comportamentos, que também desviam normas hegemônicas de masculinidade, exercem função motivadora para respostas de agressão.

Ao analisarem textos sobre masculinidade hegemônica, Rocha Junior et al. (2023) sistematizaram e classificaram os comportamentos relativos aos padrões hegemônicos de masculinidade na cultura ocidental em duas categorias: comportamentos “Autodirecionados” e “Heterodirecionados”. Segundo os autores, comportamentos autodirecionados são aqueles “emitidos de forma privada e/ou que se referem a respostas direcionadas aos próprios sujeitos emissores” (p. 32) (e.g., distanciamento das características femininas, aceitação sem reclamação do sofrimento, colocar-se em perigo, embrutecimento afetivo). Já os heterodirecionados se referem “às respostas emitidas na relação com outros” (p.32) (e.g., agressividade, dominação, homofobia, racismo, violência).

Os seguintes comportamentos são classificados pelos autores como autodirecionados: “Distanciamento das características femininas, aceitação do sofrimento sem lamúrias, colocar-se em perigo, embrutecimento afetivo/insensibilidade, busca por aprovação

masculina” (p. 36). E, como heterodirecionados: “Agressão, competição homossocial, disputa de poder, cumplicidade entre pares, dominação dos sujeitos hierarquicamente inferiores, rejeição às demonstrações de emoções, homofobia, provação da masculinidade, racismo, rejeição das características femininas, hipersexualização das mulheres, violência/inclinação para brigar” (p. 36).

Diante da sistematização proposta pelos autores, podemos identificar respostas potencialmente prejudiciais (e.g., as relativas à agressão, não expressão de sentimentos e fragilidades, colocar-se em situações de risco e violência). Destacamos que referências a padrões de comportamentos prejudiciais serão feitas em função de comportamentos influenciados pelas exigências sócio-culturais a respeito do que é entendido como “masculino” e que produzam ou mantenham estimulação aversiva em curto, médio e/ou longo prazo para aqueles que as emitem e/ou com quem interagem.

Essa posição é consonante com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, 2019) que aponta que o exercício de padrões de masculinidade hegemônica está associado a três das principais causas de mortalidade masculina (i.e., violência interpessoal, acidentes de trânsito e cirrose hepática).

É nesse contexto que os padrões comportamentais prejudiciais relativos à masculinidade vêm sendo abordados como fatores impeditivos ou dificultadores para a emissão de práticas de saúde por parte dos homens. Isso se manifesta, por exemplo, em baixos índices de busca por serviços de saúde e de saúde mental e em serem 4 vezes mais propensos ao suicídio quando comparados às mulheres (American Psychological Association [APA], 2018). Os mesmos padrões são identificados como facilitadores de comportamentos autodestrutivos e/ou incompatíveis com a autoconservação (Braz, 2005), como o consumo precoce de tabaco e álcool (Organização Mundial da Saúde [OMS], 2000).

Addis e Mahalik (2003) indicam que há um vasto campo de pesquisa empírica que apoia a ideia de que homens são menos propensos a solicitar ajuda, principalmente no que se refere à procura por profissionais de saúde. De acordo com os autores, os comportamentos associados a baixas taxas de busca por ajuda (e.g., confiar no profissional de saúde; reconhecer e identificar os problemas emocionais) são inconsistentes com o que é ensinado aos homens a respeito da importância de serem autossuficientes, resistentes e emocionalmente controlados. Nesse sentido, buscar ou precisar de ajuda seria como atestar que aquele sujeito é algo diferente do que lhe foi ensinado que deveria ser, alguém forte e com controle de seu corpo e de suas emoções.

Esse panorama se repete também no contexto específico da saúde mental: homens de diferentes etnias e idades buscam serviços de psicoterapia e psiquiatria menos frequentemente que mulheres (Addis & Mahalik, 2003). Tal padrão parece se estender durante as décadas: no início dos anos 1980, Padesky e Hammen (1981) apontaram que homens que se identificam como depressivos se mostraram mais relutantes em buscar ajuda, mesmo que de forma informal com amigos.

Mahalik et. al. (2005) sugerem que os níveis de conformidade com normas específicas da masculinidade influenciam nas preocupações que homens apresentam em terapia. Adicionamos que diferentes adequações a essas normas podem influenciar a percepção do sofrimento masculino e de suas causas, além de suas motivações e pretensões com a psicoterapia, provavelmente direcionadas a aproximações com o status quo masculino (e.g., vontade de não sofrer/sentir, ser mais produtivo).

Esse cenário torna necessário o desenvolvimento e aplicação de estratégias interventivas que possam reverter e mitigar os impactos dessas práticas danosas, tanto em contextos individuais quanto em grupais. Identificar e criar intervenções que consideram os efeitos das contingências afetadas por estereótipos de gênero podem ajudar a quebrar algumas

relações entre os padrões comportamentais de masculinidade e sentimentos de adequação e autoestima (Mahalik, 1999). Potencialmente, estas podem ser mais efetivas no auxílio à redução de padrões danosos e na produção/aumento de padrões benéficos nos repertórios de homens no contexto clínico.

De acordo com Skinner (1971/2002), grande parte dos problemas humanos envolvem o próprio comportamento humano. Dessa forma, suas resoluções não seriam possíveis sem uma tecnologia do comportamento, bem desenvolvida e aplicada. Nesse contexto, a Psicologia, mais especificamente a Análise do Comportamento, pode demonstrar “utilidade, uma vez que preconiza uma visão contextual e multideterminada do comportamento humano” (Kuch & Dittrich, 2023, p. 157), podendo assim assumir papéis protagonistas na mudança do atual panorama. Logo, as psicoterapias comportamentais que adotam uma visão de mundo condizente com o Behaviorismo Radical, ao assumir uma postura filosófica relacional, estão propensas a identificar variáveis ambientais de controle produtoras e mantenedoras dos padrões prejudiciais. Em adição, em razão do comportamento ser a relação organismo-ambiente (Lopes, 2008; Tourinho, 1999), as psicoterapias comportamentais estão, portanto, aptas a intervir eficazmente nos comportamentos prejudiciais, seja com intervenções focalizadas nos estímulos antecedentes e consequentes ou nas respostas.

O termo terapia comportamental não é usado em referência a uma única forma de intervenção clínica, mas sim a uma variedade de modalidades psicoterápicas (Barbosa & Borba, 2010). Dentre estas, enfocaremos em um conjunto específico de terapias comportamentais, desenvolvidas a partir dos anos 1990, que se propuseram a lidar com questões, até então, reservadas a outras intervenções (e.g., aceitação, mindfulness, relação terapêutica) (Hayes, 2004/2016; Pérez-Alvarez, 2012), no que pode ser descrita como uma tentativa de expandir a atuação clínica comportamental aos comportamentos encobertos. O

conjunto de algumas dessas terapias passou a ser conhecido como "Terapias de terceira onda" ou "Terapias comportamentais contextuais".

A terceira onda da terapia comportamental inclui a Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT), a Psicoterapia Analítica Funcional (FAP), a Terapia Comportamental Dialética (DBT), a Ativação Comportamental (BA), a Terapia Comportamental Integrativa de Casais (IBCT) (Pérez-Alvarez, 2012), entre outras.

Hayes (2004/2016) afirma que as terapias de terceira onda são comprometidas com os princípios empíricos da teoria comportamental, além de ser sensível aos contextos e às funções dos fenômenos psicológicos (encobertos), quando comparadas às primeiras intervenções construídas na década de 1950. Esse modelo contextual de psicoterapia enfatiza as relações que os indivíduos estabelecem com o contexto (ambiente) durante sua vida (Pérez-Alvarez, 2012), ou seja, voltam-se a entender as dificuldades enfrentadas por pessoas a partir das funções de seus comportamentos públicos e privados. Pérez-Alvarez (2012) aponta que o modelo contextual assume que as queixas dos clientes têm a ver com a forma que estes se relacionam com outras pessoas e com suas próprias experiências privadas. Portanto, a terceira onda dá ênfase em intervenções experienciais (e.g., desfusão) focalizadas em modificar as funções de "eventos psicológicos problemáticos, mesmo que sua forma ou frequência não mude ou mude apenas lentamente" (Hayes, 2004/2016, p. 659).

À vista disso, intervenções são respostas do terapeuta que promovem ou visam promover mudanças nos comportamentos-alvo dos clientes. Essas devem ser direcionadas a alguma melhora ou à mudança ou criação de algum repertório que ajude o cliente a entrar em contato com contingências reforçadoras positivas e livrar-se de contingências punidoras.

Dentro do que entendemos aqui como intervenção, podemos incluir técnicas psicoterápicas, educacionais, preventivas, diagnósticas etc. Ao discutir a utilização de técnicas na prática clínica analítico-comportamental, Del Prette e Almeida (2014)

definem-nas como intervenções sistematizadas que tiveram, em algum nível, sua eficácia, frente a situações específicas, testada e comprovada, de forma a podermos atribuir a elas confiabilidade em relação às mudanças geradas.

Kuch e Dittrich (2023) propõem que terapeutas devem direcionar suas intervenções não para a topografia das respostas, mas para a manipulação e alteração do contexto antecedente e consequente em que elas ocorrem. Tais manipulações contextuais podem ser feitas a partir da organização de contingências que propiciem os processos de emergência e de reforçamento de repertórios verbais e não verbais distintos dos governados pelos conceitos do que é "masculino" e que podem ser emitidos tanto na interação com o terapeuta quanto no ambiente natural dos clientes, podendo gerar efeitos menos danosos a curto e longo prazo.

Não obstante, autores como Abreu e Abreu (2020) e Del Prette e Almeida (2014) apresentam algumas possíveis intervenções comportamentais dividindo-as, didaticamente, em função de qual principal termo de uma contingência de três termos pretende-se controlar. Ambos os textos dividem de forma consonante as intervenções em três categorias: intervenções baseadas na modificação dos antecedentes, da resposta e da consequência. Del Prette e Almeida (2014) ressaltam que todas as intervenções, ao alterarem um desses termos, também afetariam e alterariam os demais.

Intervenções voltadas aos estímulos antecedentes podem ser direcionadas a promover mudanças em suas funções (e.g., Abreu & Abreu, 2020), alterando por exemplo estimulações verbais (e.g., valores e regras) que controlam classes operantes de autocuidado, alterando sua probabilidade de emissão (Sousa, 2022). Nesse contexto, emitir comportamentos destoantes dos padrões de masculinidade pode sinalizar riscos aos clientes, por seus prováveis históricos de punição (Kuch e Dittrich, 2023). Assim, estímulos verbais podem exercer função pré-aversiva, sinalizando a presença de outros aversivos previamente pareados (e.g., repreensões ou comentários negativos apresentados em função da emissão de respostas de

autocuidado) e aumentando a probabilidade de respostas que os eliminem (Zamignani & Banaco, 2005). Portanto, o estabelecimento do terapeuta como audiência não punitiva e a construção de uma boa relação terapêutica são relevantes para aumentar a probabilidade de emissão de respostas previamente punidas. Além disso, ela pode ter as funções de facilitar os processos interventivos e, ela mesma, servir de instrumento de intervenção (Braga & Vandenberghe, 2006; Kuch & Dittrich, 2023).

Ao emitir padrões hegemônicos, homens têm acesso a certos reforçadores sociais. Posto isso, terapeutas podem também elaborar intervenções, por exemplo, que promovam o aumento do controle de consequências aversivas de longo prazo (e.g., agravamento de doenças, isolamento social). Em um exemplo de manipulação do estímulo consequente, Abreu e Abreu (2020) propõem instigar os clientes a descrever a experiência do contato com consequências aversivas.

Del Prette e Almeida (2014) citam como possíveis intervenções em respostas a utilização de modelagem, modelação e diminuição de respondentes. Essas podem ser realizadas através de técnicas como role-play, dessensibilização sistemática, exposição, treino de respiração e relaxamento muscular progressivo de Jacobson (Del Prette & Almeida, 2014), entre outras.

É importante também discutir a importância da psicoterapia estar implicada em problemáticas sociais como as expostas nesse texto, pois, de acordo com Andery (1993), o compromisso primário da ciência comportamental skinneriana é para com a cultura: "Isto porque é apenas através da cultura que um indivíduo vive e sobrevive (que ele se torna um indivíduo). É, portanto, na direção da cultura para onde deveria se voltar a ciência do comportamento" (p.148). Partindo desse pressuposto e da consideração do terceiro nível de seleção do comportamento (cultura), as psicoterapias fundamentadas nesta ciência devem se voltar também ao entendimento dos efeitos da cultura. Afinal de contas, a cultura é composta

por variáveis de controle relevantes para o entendimento do comportamento humano.

Portanto, a psicoterapia pode e talvez até deva assumir um papel relevante na modificação da cultura.

Skinner (1953) aponta que a psicoterapia é uma agência controladora encarregada de lidar com os subprodutos comportamentais produzidos pelo controle coercitivo de outras agências controladoras (e.g. religião e agências educacionais). Mesmo considerada uma agência controladora, a psicoterapia se diferencia pelo compromisso ético que permeia a profissão, exercer controle para o bem dos sujeitos, diminuindo os efeitos deletérios das contingências de punição (Mizael et al., 2021)

Assim, no contexto individual, foco do escopo deste trabalho, parece válido e seguro afirmar que psicoterapeutas precisam, ao analisar uma queixa clínica, considerar variáveis que produzem desigualdades (e.g., de gênero ou de raça) e que modificam, dificultam ou até mesmo impedem o acesso a reforçadores por determinados grupos. Algumas interlocuções entre psicoterapias comportamentais e práticas psicoterápicas formuladas a partir da consideração de determinadas variáveis culturais vem sido feitas. Alguns exemplos são: a Terapia afirmativa, que visa considerar aspectos culturais do desenvolvimento de pessoas LBGTQIAPN+ (Mussi & Malerbi, 2020); a Terapia Feminista, baseada em valores feministas como a luta pela igualdade de gênero (Azevedo, 2026) e práticas antirracistas que considerem os impactos das diferentes contingências impostas a pessoas não-brancas (Mizael et al., 2021).

Ademais, como apontam Addis e Cohane (2005), a saúde mental dos homens historicamente não é vista como um grande foco de interesse clínico ou de pesquisas. De acordo com os autores, mesmo que muitos homens façam parte de pesquisas e tratamentos de saúde mental, questões relativas à experiência de gênero não são foco das teorias ou métodos.

Isso somado ao dado de homens procurarem e utilizarem menos serviços de saúde do que as mulheres (Addis & Mahalik, 2003), pode influenciar o quantitativo de pesquisas de saúde direcionadas aos sujeitos do sexo masculino e, por conseguinte, a qualidade das formações dos profissionais no que se refere ao tratamento de questões impactadas por questões de gênero (i.e., padrões de masculinidade). Addis e Cohane (2005) indicam que o sofrimento dos homens acaba refletido também no sofrimento daqueles que estão ao seu redor, sejam mulheres, crianças ou outros homens. Por conseguinte, desenvolver nosso entendimento a respeito da saúde mental masculina e de formas específicas de ajudá-los potencialmente impactaria positivamente não só esta população, como também todos que esses se relacionam (Addis & Cohane, 2005).

Muitos estudos refletem sobre as intersecções entre a lógica hegemônica normativa relativa à masculinidade e seus efeitos na saúde mental dos homens. Esses efeitos podem ser observados tanto naqueles que se adequam quanto naqueles que não se adequam às normas estabelecidas (Mahalik et al., 2005). Apesar do avanço das teorias sobre masculinidades, ainda há uma lacuna no que diz respeito a informações sobre formas como clínicos comportamentais podem lidar com as especificidades relativas à masculinidade (Rochlen, 2005). Em consonância a isso, a literatura da área destaca a necessidade de desenvolver estratégias que auxiliem os homens a enfrentar as dificuldades decorrentes da valorização e do ensino de certos padrões de masculinidade (e.g., Kuch & Dittrich, 2023; Kupers, 2005; Mahalik, 1999). Preencher essa lacuna é crucial para desenvolver tratamentos apoiados em teorias e pesquisas sobre homens e masculinidade (Addis & Cohane, 2005), para que profissionais da área aplicada tenham mais suporte teórico e, consequentemente, consigam conduzir processos clínicos voltados ao público masculino de forma mais eficaz e eficiente. Além disso, um trabalho teórico que aborde possibilidades de atuação serviria de base para o

surgimento de pesquisas empíricas que se proponham a atestar a eficácia de modelos clínicos comportamentais voltados especificamente a questões de gênero e masculinidade.

Desse modo, o presente trabalho pretende investigar e analisar funcionalmente quais comportamentos a literatura clínica comportamental identifica como padrões prejudiciais de masculinidade e quais intervenções são utilizadas a estas classes de comportamento, visando promover mudanças nesses padrões ou a reduzir seus impactos (i.e., diminuição da produção de estímulos aversivos para os clientes e para aqueles com quem se relacionam).

Método

Para alcançar os objetivos propostos, foi realizada uma revisão da literatura comportamental clínica a fim de identificar e analisar, à luz da Análise do Comportamento, padrões comportamentais identificados como padrões de masculinidade e as intervenções propostas a estes. Para isso, o descritor “masculinidade” foi cruzado com os descritores “Terapia de Aceitação e Compromisso”, “Ativação Comportamental”, “Psicoterapia Analítica Funcional”, “Terapia Comportamental Dialética”, bem como seus equivalentes em inglês (“masculinity”; “Acceptance and Commitment Therapy”; “Behavioral Activation”; “Functional Analytic Psychotherapy”; e “Dialectical Behavior Therapy”) na base de dados Periódicos CAPES e nos seguintes periódicos comportamentais: Perspectivas em Análise do Comportamento; Revista Brasileira de Análise do Comportamento; Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva; Acta Comportamentalia; Behavior Analysis in Practice; Behavior and Social Issues; Behavior therapy; Cognitive and Behavioral Practice; Education and Treatment of Children; European Journal of Behavior Analysis; Journal of Applied Behavior Analysis; Journal of Behavioral and Cognitive Therapy; Journal of

Experimental Analysis of Behavior; Journal of Contextual Behavioral Science; Perspectives in Behavior Science; Psychological Record; The Analysis of Verbal Behavior.

Foram utilizados como critérios de inclusão (a) textos que articulem discussões sobre padrões de masculinidade e clínica comportamental e (b) textos disponíveis na íntegra. E, como critério de exclusão, (a) textos repetidos.

Para a seleção do material analisado, foram lidos os títulos para identificação dos textos que versassem sobre a temática de masculinidade e clínica e lidos os resumos dos que geraram dúvidas. Os textos selecionados foram lidos na íntegra em busca de menções a comportamentos prejudiciais relativos a padrões de masculinidade bem como as intervenções propostas/utilizadas pela literatura.

Menções a (1) padrões comportamentais de masculinidade prejudiciais e (2) às intervenções utilizadas ou propostas foram transcritas e analisadas, de modo que os eixos temáticos identificados propiciaram a criação de cinco categorias de análise: (1) Seguimento de regras; (2) Violência e Agressividade; (3) Uso/Abuso de substâncias; (4) Vulnerabilidade e Intimidade; e (5) Autocontrole Emocional. Após essa categorização, interpretações de base analítico-comportamental foram feitas sobre os fenômenos descritos pela literatura.

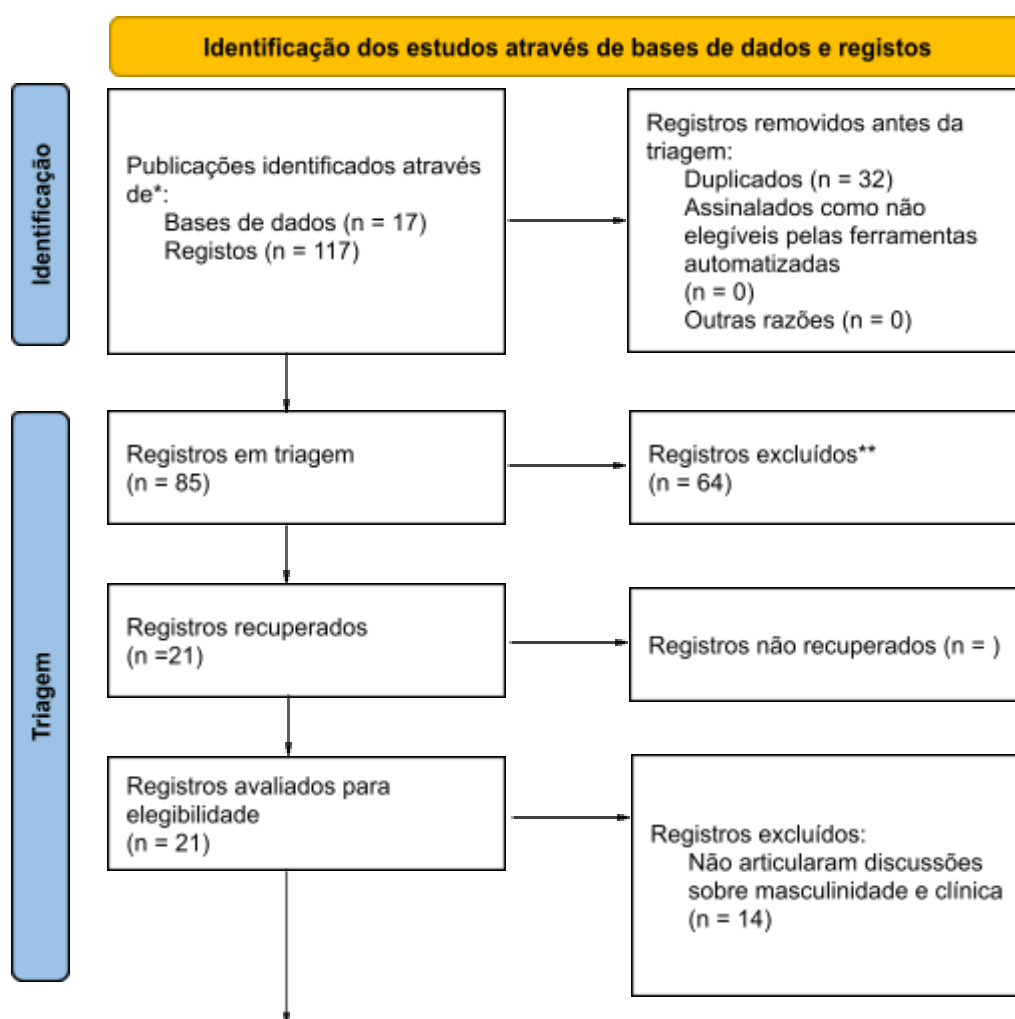
Resultados e Discussões

O levantamento bibliográfico foi realizado nos dias 6 e 7 de maio de 2025. Para isso, foram utilizadas as seguintes combinações de descritores e operadores booleanos: 1) “masculinidade” AND “terapia de aceitação e compromisso”; 2) “masculinidade” AND “ativação comportamental”; 3) “masculinidade” AND “psicoterapia analítica funcional”; 4) “masculinidade” AND “terapia comportamental dialética”. Também foram cruzados os

equivalentes em inglês dos descritores, seguindo as mesmas combinações de cruzamento e operador booleano. O descritor “masculinidade” também foi cruzado com as abreviações referentes a cada um desses modelos psicoterápicos: 1) “ACT”; 2) “BA”; 3) “FAP”; e 4) “DBT”.

Nesta etapa inicial, foram encontrados 117 artigos. Numa próxima etapa, 32 artigos foram identificados como duplicatas e excluídos da análise. Após isso, restaram 85 artigos. Foram lidos os títulos e resumos dos artigos restantes para a identificação dos que combinavam as temáticas de masculinidade e tratamento psicológico. Nessa fase, 64 artigos foram excluídos por não atenderem os critérios de inclusão e 14 geraram dúvidas, os quais foram lidos na íntegra e também retirados da análise. Ao final, 7 artigos foram considerados para a análise. O fluxograma da figura 1 representa o processo de seleção da literatura.

Figura 1:



Incluídos	Estudos incluídos na revisão (n = 7) Relatos dos estudos incluídos (n =)
-----------	--

A tabela 1 apresenta os artigos selecionados para a análise.

Referência completa
González-Prendes, A. A. (2007). Cognitive-behavioral treatment of men and anger: Three single case studies. <i>Cognitive and Behavioral Practice</i> , 14(2), 185–197. https://doi.org/10.1016/j.cbpra.2007.02.001
Herreen, D., Rice, S. M., & Zajac, I. T. (2022). Psychological inflexibility mediates the relationship between conformity to masculine norms and depression: Preliminary support for a transdiagnostic approach to working therapeutically with men. <i>Journal of Contextual Behavioral Science</i> , 26, 210–216. https://doi.org/10.1016/j.jcbs.2022.10.007
Kuch, I. E., & Dittrich, A. (2023). As masculinidades como variáveis relevantes para analistas do comportamento: Reflexões teóricas e práticas. <i>Perspectivas Em Análise Do Comportamento</i> , 154–169. https://doi.org/10.18761/vecc291122a
Mahalik, J. R., & Morrison, J. A. (2006). A cognitive therapy approach to increasing father involvement by changing restrictive masculine schemas. <i>Cognitive and Behavioral Practice</i> , 13(1), 62–70. https://doi.org/10.1016/j.cbpra.2005.02.001
Neilson, E. C., & Maitland, D. W. M. (2025). Masculinity, social connection, and loneliness: A contextual behavioral science approach to men's social relationships and intimacy. <i>Journal of Contextual Behavioral Science</i> , 36, 1–11. https://doi.org/10.1016/j.jcbs.2025.100892
Primack, J. M., Addis, M. E., Syzdek, M., & Miller, I. W. (2010). The Men's Stress Workshop: A gender-sensitive treatment for depressed men. <i>Cognitive and Behavioral Practice</i> , 17(1), 77–87. https://doi.org/10.1016/j.cbpra.2009.07.002
Silva, A. C., Chalella, G. R., Picoli, A., & Aggio, N. M. (2024). Revisão de Literatura: Gênero na Prática Clínica Analítico-Comportamental. <i>Revista Brasileira De Terapia Comportamental E Cognitiva</i> , 26(1), 174–187. https://doi.org/10.31505/rbtcc.v26i1.1965

Nas seções seguintes serão expostos e discutidos os problemas mais recorrentemente citados pela literatura. Após isso, serão propostas interpretações funcionais a respeito desses comportamentos e apresentadas intervenções utilizadas pela literatura analisada.

Seguimento de Regras

A ubiquidade do comportamento verbal ou do controle por estímulos verbais influencia diversos padrões de comportamento entre os sujeitos verbalmente competentes (Hayes, 1987; Matos, 2001). Não obstante, identificamos na literatura analisada que algumas das problemáticas comportamentais relacionadas a padrões de masculinidade são controladas por estímulos verbais, como regras relacionadas a padrões de gênero.

Exemplos são encontrados sob diferentes denominações. Neilson e Maitland (2025), por exemplo, apontam que há uma associação negativa entre maiores níveis de “conformidade às ideologias masculinas” (e.g., regras que categorizam comportamentos como “masculino” ou não) e a qualidade de relacionamentos interpessoais. Outro exemplo é das associações do seguimento de regras relacionadas a padrões de masculinidade à emissão de comportamentos agressivos/violentos (e.g., Kuch & Dittrich, 2023; Silva et al., 2024).

O seguimento de regras é abordado na literatura consultada pelas seguintes categorias de registro: "adesão às normas masculinas" (Herreen et al., 2022; Neilson & Maitland, 2025; Primack et al., 2010), "crença" (González-Prendes, 2007; Mahalik & Morrison, 2006), "crenças sobre o que é ser homem" (Primack et al. 2010), "conformidade às ideologias masculinas" (Neilson & Maitland, 2025), "conformidade às normas masculinas" (Herreen et al., 2022), “crenças que induzem à raiva”¹ (González-Prendes, 2007), “pensamentos que induzem à raiva”² (González-Prendes, 2007), "mensagens de socialização do papel

¹ “anger-inducting beliefs”

² “anger-inducing thoughts”

masculino”³ (González-Prendes, 2007), “esquemas de identidade masculina”⁴ (González-Prendes, 2007), “esquemas masculinos restritivos”⁵ (Mahalik & Morrison, 2006) e "regra" (Kuch & Dittrich, 2023; Neilson & Maitland, 2025)

Albuquerque e Paracampo (2010), ao debaterem sobre a posição skinneriana a respeito do controle por regras, apontam que estas são seguidas em função de três possíveis históricos: (1) reforçamento diferencial, em que comportamentos de seguir ou não seguir regras foram consequenciados pela relação ambiental descrita na regra; (2) exposição a regras que descrevem promessas de reforço ou punição, estas mediadas socialmente pelo falante; e (3) uma junção dos dois primeiros cenários, onde houve exposição às consequências descritas pelas regras e às promessas de reforçamento e punição do falante. Nesse sentido, o seguimento de regras depende da relação destas com contingências sociais/culturais onde a consequenciação do comportamento de seguir ou não regras seria manejada, em alguns casos, pelo ouvinte num episódio verbal (Catania, 1998/1999; Matos, 2001).

Para que um episódio verbal entre dois indivíduos ocorra é necessário que estes façam parte de (i.e., sejam treinados por) uma mesma comunidade verbal (Barros, 2003). As práticas culturais representam um importante papel aqui, pois são a maneira como os membros de determinada comunidade verbal respondem diferencialmente aos comportamentos de outrem (Skinner, 1986). Assim, membros treinados por uma comunidade verbal com práticas que estabelecem a socialização masculina a partir de um viés de antifeminilidade treinarão seus membros para responder de forma a manter o *status quo* masculino, manter homens se comportando como "homens" e não como "mulheres",

³ “male-role socialization messages”

⁴ "masculine identity schemas"

⁵ “restrictive masculine schemas”

reforçando e punindo comportamentos condizentes com as categorias de gênero (Marques et al., 2023).

Os comportamentos governados por regras podem ser classificados em três categorias funcionais distintas: Aquiescência, Rastreamento e Aumento⁶ (Ferreira et al., 2023; Harte & Barnes-Holmes, 2022; Kissi et al., 2017). A aquiescência refere-se aos comportamentos controlados pelas consequências mediadas socialmente pelo falante caso haja correspondência entre a descrição da regra e o comportamento emitido pelo ouvinte. Por exemplo, um pai que diz ao filho “Pare de chorar, homem não chora!”. Nesse caso, o comportamento seria controlado pelo reforçamento socialmente mediado em função da correspondência entre o comportamento emitido e o delimitado pela regra e não em função da possível correspondência da regra com contingências naturais. Já o conceito de rastreamento refere-se a comportamentos governados por regras sob controle das consequências especificadas pelas regras, ou seja, regras correspondentes com as contingências naturais (Zettle & Hayes, 1982) (e.g., “chore e você se sentirá aliviado”). Aumento é utilizado em referência a comportamentos governados por regras que alteram o valor reforçador ou aversivo de um estímulo. Por exemplo, a regra “rosa é cor de menina” poderia estabelecer uma função aversiva às roupas rosas e passar a evocar comportamentos sob controle da eliminação da estimulação aversiva.

Nos ambientes monossexuados, os indivíduos do sexo masculino são expostos a diversas contingências sociais de reforçamento e punição controladas por homens socialmente validados e reconhecidos como tais (Marques et al., 2023), ou seja, sujeitos que dispõem de maior controle sobre reforçadores e punidores. Nesses ambientes os sujeitos também são expostos de forma direta ou indireta a regras de conduta (Marques et al., 2023), por exemplo descrições sobre quais comportamentos são “masculinos”. Tais descrições (i.e.,

⁶ Do inglês: *Pliance*, *Tracking* e *Augmenting*

regras) podem apresentar correspondência com as contingências naturais encontradas nos ambientes onde contingências “masculinizantes” são presentes. Portanto, seguir essas regras pode ser interpretado como rastreios. Contudo, é possível que homens não aprendam a discriminar satisfatoriamente se há correspondência entre a regra e as contingências naturais e que rígidos padrões de seguimento de regras sejam mantidos.

As contingências às quais os homens são expostos desde cedo podem exemplificar formas em que padrões rígidos de seguimento de regras são selecionados. O seguimento rígido de regras refere-se a situações em que o seguimento de uma regra continua a acontecer mesmo quando produz contato com aversivos e/ou falha em gerar reforçadores (Stapleton et al., 2025), ou seja, quando regras discrepantes às contingências naturais continuam a serem seguidas. Um histórico de exposição a recorrentes punições sociais por não seguir uma regra e recorrentes reforçamentos por seguir pode aumentar a tendência do desenvolvimento de um repertório inflexível/insensível de seguimento de regras (Oliveira & Albuquerque, 2007). Voltando à casa dos homens, há controle por consequências sociais, de modo que as contingências presentes nesses ambientes, ao envolver a punição dos comportamentos "não masculinos" e o concomitante reforçamento dos "masculinos" (Welzer-Lang, 2001), podem propiciar o aprendizado de regras e autorregras rígidas sobre o que é ser homem ou sobre o que se pode ou não fazer enquanto tal, mesmo que haja, e realmente existem, discrepâncias com as contingências naturais ou sociais em outros contextos. Temos, então, um contexto propício para a emergência e manutenção de comportamentos aquiescentes, mas não necessariamente de rastreio.

As regras referentes à masculinidade descrevem e especificam padrões normativos e prescritivos que muitos não conseguem reproduzir, geralmente associados a privilégios da branquitude, riqueza e heterossexualidade (Connell & Messerschmidt, 2013). Elas podem ser entendidas como parte das ideologias de masculinidades tradicionais, presentes

principalmente em culturas ocidentais, que determinam que os homens devem assumir papéis autossuficientes, dominantes, heterossexuais, de disponibilidade sexual e de força física, enquanto evitam características atribuídas principalmente como “femininas”, por exemplo a expressividade emocional (Borgogna & McDermott, 2022; Kuch & Dittrich, 2024; Mahalik & Morrison, 2006). Ao entrarem em contato com essas regras, os sujeitos são levados a desenvolver padrões comportamentais, por vezes insensíveis às contingências naturais, que podem levar a comportamentos e estimulações aversivas para si e outros, como a violência (e.g., Sousa, 2022), a agressividade (e.g., Spendelov & Joubert, 2018), a discriminação (social e sexual), o abuso de substâncias (e.g., Kuch & Dittrich, 2023), entre outros.

As classes de comportamento que se encaixam nas categorias de gênero, nesse caso de masculinidade, são condicionadas e mantidas por contingências sociais (Silva & Laurenti, 2016; Ruiz, 2003). Portanto, não existem contingências não-sociais que mantenham a ocorrência de padrões rígidos de masculinidade. Em contrapartida, provavelmente há um excesso de contingências sociais que controlem a manutenção de classes de aquiescência. Por exemplo, grupos que valorizam a antifeminilidade como um importante aspecto do repertório comportamental de homens têm mais chances de produzir punições sociais para emissões de comportamentos “femininos” de homens (e.g., expressar emoções por meio do choro) (Addis et al., 2010), o que, como mencionado, pode contribuir para maiores níveis de inflexibilidade. Apesar disso, dificilmente as respostas “femininas” gerariam consequências aversivas em contingências não-sociais ou teriam menos chances de serem punidas em ambientes sociais que valorizem práticas distintas.

Ao pensarmos sobre intervenções clínicas, é apropriado apontar a importância da mudança do ambiente social, ou seja, dos grupos que interagem e consequenciam os comportamentos dos homens, para o processo de mudança no repertório comportamental. Contudo, a exposição precoce às “casas dos homens” pode favorecer o estabelecimento de

outros homens como poderosas fontes de reforçadores condicionados ou generalizados, à medida em que consistentemente medeiam o acesso a reforçadores positivos e negativos, ainda que estes últimos, muitas vezes, sejam produzidos pelos próprios membros do grupo. Ao passo em que, tal arranjo, ao promover a saciação de outros reforçadores, pode restringir o contato com contingências que poderiam estabelecer outras pessoas como fontes relevantes de reforçamento.

O seguimento não discriminado e, portanto, generalizado de regras pode produzir consequências aversivas ou dificultar o contato com novos reforçadores. As problemáticas abordadas nas seções seguintes podem ser interpretadas também como emissões de comportamentos governados por regras (referentes à masculinidade) que, em algumas situações, podem ser reproduzidas em função da emergência de relações simbólicas e não por estarem inseridas em contingências de reforçamento direto. Como explicam Sylvester e Hayes (2010), regras estabelecem relações verbais entre eventos, mas seus efeitos se estendem para outras relações para além das especificamente descritas pelas regras. Um exemplo seria uma regra que estabelece uma coordenação de um comportamento com a “feminilidade”, propiciando a emergência de relações de oposição desse comportamento com a “masculinidade” (que em nosso contexto cultural costumeiramente guarda relações de coordenação com o “ser homem” e de oposição com “ser mulher”), diminuindo as chances de suas emissões por sujeitos que são treinados a serem vistos como “homens” (Kuch & Dittrich, 2023).

Além de indicar o envolvimento do controle por regras, a literatura também aponta algumas possibilidades interventivas para comportamentos verbalmente controlados. González-Prendes (2007), Mahalik e Morrison (2006) e Primack et al. (2010), tecem sobre intervenções com base na Terapia Cognitivo Comportamental (TCC). Os autores aplicam intervenções da TCC em formatos distintos. Primack et al. (2010) descrevem intervenções

realizadas com um grupo terapêutico voltado a homens com diagnóstico de depressão ($n = 6$), enquanto González-Prendes (2007) descreve intervenções individuais com homens com histórico de problemas relacionados à raiva ($n = 3$). Já Mahalik e Morrison (2006) apontam diretrizes gerais de como modificar pensamentos aplicadas a um caso fictício. As intervenções dos artigos serão abordadas conjuntamente devido à similaridade das propostas.

Os três estudos apontam a importância da psicoeducação sobre os impactos das consequências de agir em conformidade a padrões específicos de masculinidade. Em adição a este aspecto, Primack et al. (2010) direcionam a intervenção psicoeducativa também para discussões sobre a associação de psicopatologias como algo feminino, enquanto González-Prendes (2007) sobre como pensamentos afetam emoções e comportamentos, o que também é conhecido como apresentação do modelo cognitivo (Beck, 2021).

De acordo com o modelo cognitivo, os comportamentos públicos são controlados pelo próprio comportamento verbal do indivíduo. Análises baseadas neste modelo buscam identificar eventos antecedentes e comportamentos verbais (e.g., crenças) como variáveis de controle. Seguindo esta lógica, Primack et al. (2010) e González-Prendes (2007) utilizam intervenções que visam a) identificar padrões de cognição/pensamentos/crenças "disfuncionais", o que é feito, em termos analítico-comportamentais, a partir da identificação de contingências históricas que as produziram. Além disso, b) a reestruturação destas respostas privadas para a produção de c) uma mudança "comportamental" (i.e., mudança nas respostas privadas para promover mudança em padrões de respostas públicas). Mahalik e Morrison (2006) propõem que os terapeutas podem auxiliar os clientes a (a) buscar experiências passadas que as desconfirmem, (b) ajudá-los a perceber o que há de ilógico em suas regras e (c) conduzir experimentos pessoais que auxiliem a coletar dados sobre a precisão das regras.

Os demais artigos propõem uma linha de intervenção mais voltada à produção de flexibilidade psicológica e à mudança do controle verbal. Hayes et al. (2006), Costa (2012) e Törneke et al. (2016) definem a flexibilidade psicológica como se comportar de forma a estar em contato com o momento presente, percebendo e reagindo diferencialmente a eventos privados, de forma a persistir ou a mudar comportamentos em função de valores.

De acordo com Törneke et al. (2016), isso envolve a “habilidade de um indivíduo de responder à sua própria resposta enquanto participando de uma moldura de hierarquia com o ‘eu’ dêitico” (p. 258). Em outras palavras, discriminar pensamentos e sentimentos como o que são, ou seja, o comportamento do próprio indivíduo.

A promoção de flexibilidade psicológica possivelmente produziria: (1) a diminuição do controle verbal de fugas e esquivas, exercido pelos eventos privados com função aversiva condicionada (e.g., pensamentos); e (2) aumentaria a probabilidade da emissão de respostas controladas por reforçadores positivos de longo prazo estabelecidos por autorregras do tipo *augmental* (i.e., valores) (Manzione, 2022; Törneke et al., 2016).

Neilson e Maitland (2025) e Herreen et al. (2022) apontam que os comportamentos afetados pelas normas masculinas (i.e., comportamentos governados por regras) podem ser trabalhados a partir da promoção de flexibilidade psicológica. De acordo com Neilson e Maitland (2025), intervenções que, a partir do desenvolvimento de um repertório de auto-observação de eventos privados com função aversiva condicionada, visam modificar o controle exercido por eles (desfusão cognitiva), promover a diferenciação do organismo (self-como-contexto) e diminuir respostas de esquiva (aceitação) de suas próprias respostas privadas podem ajudar os indivíduos a emitirem padrões comportamentais mais congruentes com seus valores do que com as normas da masculinidade.

De acordo com Zilio (2011), os valores dos clientes assumem papel essencial nos processos terapêuticos da ACT. O autor salienta que os valores são “irrefutáveis e não

passíveis de análise” (p. 162) e que os objetivos e as intervenções terapêuticas são construídos em função deles. Contudo, “escolher um valor” é um comportamento controlado por contingências passadas e atuais (Zilio, 2011). Portanto, há a possibilidade de os clientes escolherem valores congruentes com padrões comportamentais valorizados pela masculinidade hegemônica, frequentemente caracterizados pela valorização da atividade sexual, do controle das emoções, da força física e do trabalho (Rocha Junior et al., 2023). Possivelmente, é nesse sentido que Kuch e Dittrich (2023) sugerem que terapeutas investiguem se os comportamentos dos clientes estão sob controle de regras (relacionadas a padrões de masculinidade), a fim de criar estratégias que modifiquem o controle verbal para o controle das contingências naturais.

As contingências envolvidas no desenvolvimento de homens podem promover alta frequência de comportamentos governados por regras descritivas e prescritivas de padrões de gênero. Essa possibilidade suscita a necessidade do desenvolvimento e da utilização de intervenções que visem reduzir o controle verbal exercido por essas regras. A hipótese de um elevado repertório de comportamentos governados por regras aponta para a importância de capacitar terapeutas para identificá-las.

Violência e Agressividade

Para além de cultivar padrões de seguimento de regras, a socialização masculina (i.e., as contingências nas quais homens aprendem sobre ser homem) também guarda relações com o aprendizado de padrões violentos e agressivos. Isso se dá, em parte, ao já mencionado distanciamento das características femininas.

Parte da literatura sobre masculinidades utiliza o termo "violência" (e.g., Kuch & Dittrich, 2023; Silva et al., 2024) para apontar um dos padrões problemáticos produzidos pelo modelo de masculinidade hegemônica. Também são utilizados termos como

"agressividade/agressão" (Primack et al. 2010), "direcionar raiva" (Herreen et al., 2022), "expressar raiva" (Neilson & Maitland, 2025) e "homofobia" (Silva et al., 2024) para referir-se a comportamentos violentos. Estes também serão categorizados neste trabalho como "violência".

Na Análise do Comportamento, a própria ideia de violência é tratada de diversas formas. Rocha de Almeida e Zilio (2020) apontam que não há um consenso sobre seu uso e classificam sua utilização em três categorias: a violência associada (a) à agressão; (b) à coerção; e; uma terceira categoria (c) "outras" que abrange a utilização do termo não associado à agressão ou à coerção. Neste trabalho, utilizaremos os termos "agressividade" e "violência" de forma intercambiável para nos referir às categorias encontradas na literatura.

Homens, ao serem ensinados a evitar a todo custo se assemelharem à figura feminina, são reforçados ao emitirem padrões de oposição a esse imaginário. Um contexto cultural que valoriza padrões de dominação, violência e força, como dimensões importantes para a masculinidade, são produzidas e mantidas contingências sociais que reforçam respostas que se aproximam dessas características (Silva et al., 2024; Sousa, 2022). O estabelecimento e a manutenção dessas contingências sociais produzem, entre outros efeitos, uma maior propensão dos homens, em comparação às mulheres, a cometer e sofrer crimes de violência (e.g., homicídios, lesão corporal; APA, 2018).

No Brasil, homens são maioria das vítimas de homicídio, contudo, 79,5% dos crimes que vitimaram mulheres foram cometidos também por homens (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA], 2025). Sendo estes, os maiores perpetradores desse tipo de violência contra às mulheres. Para além da criminalidade, no campo da psicopatologia, Kuch e Dittrich (2024, p. 56) mencionam que "homens são mais inclinados a receberem diagnósticos de transtornos externalizantes (e.g., aqueles que envolvem impulsividade, agressividade, hiperatividade etc.) do que internalizantes (e.g., aqueles que envolvem humor

depressivo, retraimento etc.)”. Call e Shafer (2018) apontam que há um movimento de subdiagnóstico de depressão em homens, afetado pela forma como estes manifestam os sintomas: topografias de agressividade, irritabilidade, violência e abuso de substâncias (Call & Shafer, 2018; Martin et al., 2013) são exemplos dessas manifestações.

Padrões violentos também estão presentes nas relações interpessoais masculinas (Rocha Junior et al., 2023). Esses comportamentos podem gerar uma série de problemas para o próprio sujeito violento. Comportamentos violentos, geralmente aversivos às vítimas, podem produzir efeitos como o afastamento de pessoas importantes, a dificuldade da criação e manutenção de relações saudáveis, o aumento da probabilidade de ocorrência de conflitos físicos etc. Dessa forma, provavelmente, comportamentos de violência produzem contingências de punição ou extinção tanto para os próprios comportamentos violentos quanto para outros comportamentos do sujeito violento (e.g., diminuindo a disponibilidades de reforçadores no ambiente). Apesar da existência de contingências de punição e extinção e dessas terem o potencial de diminuir a ocorrência dos padrões violentos, o fato deles serem emitidos indica algumas possibilidades, como: (1) estão sendo produzidas consequências reforçadoras que os mantenham; (2) houve uma história de reforçamento intermitente para comportamentos violentos, o que poderia produzir uma maior resistência à punição ou extinção (Carvalho Neto et al., 2018); ou (3) que há uma insensibilidade às contingências naturais promovidas pelo controle por regras.

Uma forma de analisarmos a violência é considerando-a como um padrão de respostas agressivas. A agressão pode ser definida como um comportamento que produz estimulação aversiva para outro indivíduo (Capelari & Fazzio, 1999), aumentando as chances da vítima esquivar ou fugir (Alcorn et al., 2015). Autores como Dougherty et al. (1998) apontam para a possibilidade do comportamento agressivo exercer função de fuga, evocado pela presença de estimulação aversiva e reforçado negativamente pelo seu cessamento. No entanto, Rocha de

Almeida e Zilio (2020) chamam atenção para a problemática de classificar a violência como um padrão de fuga do violentador. Fazê-lo seria um risco para a perpetuação de violências, pois traria o risco de interpretações que culpabilizem as vítimas, responsabilizando-as pela disposição de aversivos ao agressor, o que retiraria o foco de estudos e intervenções do comportamento do agressor. No que se refere à produção de comportamentos de fuga e esquiva das vítimas de comportamentos violentos, estas respostas podem reforçar positiva ou negativamente as ações do agressor (e.g., retirando ameaças de competição em casos de comportamento ciumento) (Lacerda & Costa, 2013).

Estudos com não-humanos apontam que a exposição à estimulação aversiva induz o responder agressivo (Soares & Carvalho Neto, 2016; Soares, 2018). Em contextos experimentais com humanos, o responder agressivo pode ser mantido por contingências de reforçamento negativo. Lacerda e Costa (2013), ao estudarem comportamentos ciumentos e respostas de violência contra a mulher, apontam que, nesse contexto, a violência pode ser controlada tanto por contingências de reforçamento negativo (e.g., parceira deixa de sair de casa; parceira sair do emprego) quanto por reforçamento positivo (e.g., produzindo atenção). As autoras também apontam a presença de antecedentes aversivos para as respostas violentas. Respostas emitidas diante de estímulos aversivos com a função de retirá-los do ambiente (reforçamento negativo) são consideradas comportamentos de fuga. Contudo, é possível que o próprio dano causado em outro indivíduo possa assumir uma função reforçadora positiva condicionada, por exemplo, pelo emparelhamento com outros reforçadores (Carvalho Neto et al., 2003) (relações S-S) ou pela participação em relações de coordenação com estímulos reforçadores (de Rose, 2016). No caso de relações S-S, a produção de função reforçadora positiva do dano causado pode ser condicionada quando este precede ou acompanha a apresentação de estímulos reforçadores (i.e., via emparelhamento de estímulos) (Skinner, 1984). Outra possibilidade seria a participação desse estímulo (dano) em relações de

coordenação/equivalência com outros estímulos. Neste caso, se uma função reforçadora positiva for condicionada a algum dos estímulos equivalentes, esta poderia ser transferida para o estímulo “dano causado”.

Respostas agressivas também podem ser aprendidas por imitação (Bandura et al., 1961). Welzer Lang (2001) defende que, durante o processo de socialização masculina, os homens mimetizam (i.e., aprendizagem por modelação) violências. Portanto, a casa-dos-homens parece englobar um conjunto de contingências que ensinam padrões violentos via diferentes processos. A utilização da violência como tentativa de diminuir a ocorrência de comportamentos “femininos” (reforçamento negativo), pode também promover a aprovação dos pares (reforçamento positivo), além de servir de modelo para outros (modelação), que ao imitarem o padrão possivelmente entrarão em contato com as variáveis reforçadoras acima mencionadas.

Dos artigos analisados, apenas González-Prendes (2007) descreve um tratamento voltado a padrões violentos, mais especificamente relacionados à raiva. O autor descreve a aplicação de um tratamento com base na Terapia Cognitivo Comportamental para três homens com histórico de praticar agressões físicas e verbais, todos tendo crescido em ambientes familiares abusivos. O tratamento foi estruturado em três estágios, aplicados de forma geral a todos os participantes, com poucas diferenciações individuais.

Inicialmente, o foco está na construção da aliança terapêutica e no desenvolvimento de uma compreensão conceitual da raiva, incluindo o papel de pensamentos e regras no controle do comportamento. O segundo estágio do procedimento enfatiza o ensino de habilidades para o manejo da raiva, com foco em identificar, modificar e agir de forma contrária ao conteúdo de regras, especialmente sobre papéis de gênero, que controlassem a emissão de respostas “raivosas” (e.g., gritos e agressões). Por fim, o terceiro estágio focou em promover a generalização dos comportamentos de melhora para as demais áreas da vida dos

clientes, reforçando progressos e solucionando problemas no manejo da raiva. O tratamento proposto por González-Prendes (2007), embora aplicado em formato individual, apresenta semelhanças com as propostas interventivas em grupo descritas por Primack et al. (2010), a identificação e reestruturação de regras para a mudança no comportamento público controlado por estas. Os demais autores não propõem tratamentos estruturados para questões relacionadas à violência. Contudo, alguns comentários se fazem pertinentes.

De acordo com Herreen et al. (2022), alguns homens externalizam o stress direcionando a raiva àqueles ao seu redor. Mesmo que não haja uma operacionalização, provavelmente os autores se referem a respostas públicas tipicamente relacionadas à raiva, como agressões físicas e xingamentos, emitidas diante de estimulações aversivas antecedentes, sejam estímulos aversivos e/ou operações estabelecedoras. Eventos com similaridades funcionais das variáveis controladoras de respostas relacionadas à raiva podem evocar tais respostas na própria relação terapêutica (Kohlenberg & Tsai, 1991/2001). A partir desta possibilidade, Kuch e Dittrich (2023) apontam que, ao avaliarem suas funções, terapeutas podem confrontar seus clientes relatando o impacto de suas respostas agressivas (e.g., "quando você age dessa forma, eu me sinto ameaçada" p. 166). Os autores complementam afirmando que a relação terapêutica pode ser uma importante ferramenta para a mudança e construção de repertórios menos danosos.

As menções sobre intervenções voltadas à produção de flexibilidade psicológica em Neilson e Maitland (2025), podem ser extrapoladas para este contexto. Principalmente ao avaliar se os comportamentos violentos são coerentes com os valores dos clientes ou se estão servindo como vias de evitar o contato com estímulos privados aversivos (esquiva experiencial) ou se estão sob controle do conteúdo literal de pensamentos ou outros privados (fusão cognitiva). Independente do caminho a ser seguido, é importante que os terapeutas

analisem funcionalmente o fenômeno para que intervenções mais seguras sejam propostas (Silva et al., 2024).

Em suma, mesmo que alguns comportamentos violentos possam ser controlados e mantidos por regras, há ainda que se examinar a possibilidade de serem também controlados pelas consequências que produzem. Reconhecer a multiplicidade de variáveis controladoras envolvidas aponta para a importância do uso de ferramentas que auxiliam na descrição das relações comportamentais envolvidas nesses episódios, como a análise funcional (Tourinho, 2003). Essa investigação permite compreender a função do comportamento violento e, logo, suas variáveis mantenedoras, processo essencial para a elaboração de intervenções voltadas à redução da frequência desse responder.

Uso/Abuso de substâncias

Outro aspecto destacado na literatura como influenciado por padrões de masculinidade é o uso de substâncias. A incidência do uso de substâncias guarda relações com as tentativas de adequação a um modelo de masculinidade, seja produzindo reforçadores positivos ou eliminando negativos (Kuch & Dittrich, 2023). De acordo com os autores, homens partícipes de grupos com marcadores sociais (e.g., homens pretos ou da comunidade LGBTQIAPN+) podem, inclusive, apresentar comportamentos condizentes com os padrões de masculinidade ainda mais inflexíveis (pouca variabilidade) com função de reforçamento social. A literatura também associa maiores níveis de abuso de substâncias com a rígida adesão às normas masculinas (i.e., alta frequência de comportamentos governado por regras) (Primack et al., 2010) e como uma forma de lidar com algumas emoções como stress (Herreen et al., 2022) ou raiva (González-Prendes, 2007). De acordo com a APA (2018), o

abuso de substâncias está correlacionado com maiores taxas de suicídio entre essa população (homens).

Maiores níveis de adesão a certos aspectos da masculinidade podem estar associadas ao abuso de álcool e outras substâncias (e.g., Teese, et al., 2023; Zamboanga et al., 2024). De acordo com Aranha e Oshiro (2021), os ambientes sociais podem controlar o consumo de substâncias psicoativas. Considerando a masculinidade hegemônica atual, o modelo normaliza homens consumirem substâncias. Os ambientes monossexuados masculinos (“casas-dos-homens”) incentivam, por exemplo, o consumo de álcool entre os mais jovens. E ainda que os pares não emitam operantes verbais do tipo mando, estes podem aprender via modelação (Smith, 2012). Em contextos sociais em que as práticas tipicamente relacionadas à masculinidade hegemônica têm maiores chances de ser reforçadas, o consumo de álcool e outras substâncias pode ter função de produzir reforçamento social positivo dos pares, por ser uma forma de expressar e afirmar a masculinidade e de se diferenciar da figura feminina (reforçamento negativo) (Iwamoto & Smiler, 2013; Tseole & Vermaak, 2020).

Ao interpretarmos gênero e masculinidade como padrões de comportamentos socialmente cultivados (Ruiz, 2003; Silva & Laurenti, 2016), podemos sugerir que as contingências produzidas pelo modelo hegemônico masculino estabelecem o uso de substâncias como um reforçador positivo (e.g., produzindo aprovação de pares) ou negativo (e.g., retirando ameaças de punição social por não consumir substâncias) e um estímulo discriminativo para operantes verbais de ouvintes que reforcem a prática. Portanto, em ambientes em que há a existência de contingências que reforcem padrões de masculinidade, há grande chance do uso de substâncias produzir reforçamento social, ao mesmo tempo que punição social é produzida para tentativas de recusa.

O abuso de substâncias é, portanto, um comportamento operante controlado por contingências de reforçamento que, de acordo com Miguel et al. (2015), podem incluir

reforçamento incondicional imediato (i.e., efeitos da substância), reforçamento positivo condicionado pelo emparelhamento com reforçadores sociais, reforçamento negativo relacionado a eliminar sensações de abstinência e reforçamento negativo relacionados à aspectos aversivos do ambiente público.

Os efeitos incondicionados das substâncias podem servir como reforçadores positivos para comportamentos de consumo (Aranha & Oshiro, 2019), mas, mesmo que determinadas drogas não exerçam função reforçadora incondicionada, o emparelhamento temporal com reforçadores sociais (relações S-S) pode torná-las reforçadores positivos condicionados (Aranha & Oshiro, 2019; 2021). Portanto, ainda que inicialmente uma substância tenha função neutra ou até mesmo aversiva, seu consumo (respostas operantes) pode ser reforçado socialmente (e.g., aprovação dos pares). A recorrência desta contingência promove o emparelhamento da substância com reforçadores positivos, podendo esta adquirir função reforçadora condicionada (Aranha & Oshiro, 2019).

O uso de substâncias também pode ter função de fuga ou esquiva. Por exemplo, quando o uso elimina aversivos sociais como a desaprovação (e.g., chamar o homem que recusa a substância de palavras que remetam à não-masculinidade, como “mulherzinha”, “fresco”, etc.). As funções de fuga e esquiva do uso de substâncias também podem se relacionar com tentativas de lidar com eventos privados aversivos, como sensações produzidas pela abstinência (e.g., fissura; Borloti et al., 2015) ou algumas emoções não necessariamente associadas ao consumo de substâncias.

Emoções, como a tristeza, podem ter relações de coordenação com a fragilidade ou a feminilidade e, logo, ao distanciamento do “ser homem”. Assim, esses estímulos podem evocar comportamentos de fuga e esquiva (i.e., função aversiva). Essa afirmação se aproxima das demandas das normas mais tradicionais de masculinidade, que pautam a evitação da vulnerabilidade emocional, ou seja, a não descrição de respostas emocionais privadas. As

respostas de esquiva ou fuga emitidas nesse contexto podem ser aprendidas, por exemplo, em função de histórico de punição de emissões de tatos (e.g., “me sinto triste”), mandos (e.g., “fique comigo, estou triste”) ou de demonstrações como o choro. As relações comportamentais compreendidas como “emoções” envolvem tanto aspectos respondentes quanto operantes. Portanto, as contingências punitivas em torno dos fenômenos emocionais não diminuem as chances de os respondentes serem eliciados, apenas controlam a frequência das respostas operantes. A dificuldade de evitar que um reflexo seja eliciado frente a um estímulo eliciador descreve uma das impossibilidades de seguir um rígido padrão "masculino", no caso, o de não experimentar emoções que guardam relações de coordenação com a fragilidade. Além disso, enquanto exercem funções de estímulo antecedente, estas emoções podem eliciar respondentes desconfortáveis, característicos de contingências punitivas, e controlar a emissão classes de comportamentos privados com função aversiva para o próprio falante (e.g., pensamentos e avaliações de inadequação e autodepreciativos) ou públicas como o abuso de substâncias.

Nesse contexto, o uso de substâncias pode se tornar uma ferramenta eficaz para lidar com o sofrimento (ou estímulos privados com função aversiva), exercendo uma função de esquiva experiencial (Hayes et al., 1996). O conceito de esquiva experiencial refere-se a classes de comportamentos reforçadas negativamente pela alteração da topografia ou frequência de estímulos privados com função aversiva ou dos contextos que os evocam/eliciam. Comportamentos de fuga ou de esquiva podem ser classificados como esquiva experiencial, contanto que a função de alteração de contextos ou estímulos privados se mantenha (Gifford, 1999; Hayes et al., 1996). Assim, muitos homens fogem/esquivam de experiências traumáticas, da dor emocional e de estados afetivos desconfortáveis usando substâncias psicoativas (APA, 2018; Martin et al., 2013).

Apesar de apontar a problemática, a literatura de masculinidades também não propõe intervenções para o consumo de substâncias. Na verdade, o que definirá se o comportamento de uso de substâncias deve ou não ser alvo de intervenção é a análise das relações deste com problemas das vidas dos clientes e, em alguns casos, daqueles ao seu redor. A análise do comportamento de uso de substâncias pode indicar, para além das variáveis controladoras do comportamento, déficits ou excessos comportamentais associados (e.g., dificuldade de interação social em estado de sobriedade; dificuldade de lidar com emoções).

A partir da análise de contingências, diversas intervenções podem ser propostas. Sejam com enfoque em relações antecedentes, como a exposição com prevenção de respostas para ajudar o sujeito a experienciar a fissura e promover a extinção respondente; nas respostas, como treinamento de habilidades sociais em casos em que o uso é controlado por privação social; como também nos consequentes, de forma que o comportamento seja controlado pelas consequências aversivas que produz.

Diante do exposto, parece seguro dizer que seria prolífico considerar relações de gênero ao se analisar o uso/abuso de substâncias. Principalmente ao considerarmos a forma como os grupos tendem a aprovar o uso de substâncias. É possível que algumas explicações ancoradas no primeiro nível de seleção sejam suficientes, mas considerar a possibilidade desses comportamentos serem controlados por relações verbais e por variáveis sociais/culturais é essencial para um melhor entendimento das demandas dos clientes.

Vulnerabilidade e Intimidade

As contingências responsáveis pelo cultivo das masculinidades atuais podem ter como efeito a construção de vulnerabilidade (o conceito será discutido posteriormente nesta seção). Foram encontradas na literatura analisada menções a diferentes características interpretadas

neste trabalho como vulneráveis, são exemplos: baixa frequência de pedidos ou da busca por ajuda em contextos interpessoais ou de saúde (Herreen et al., 2022; Kuch & Dittrich, 2023; Mahalik & Morrison, 2006; Neilson & Maitland, 2025; Primack et al., 2010); repertório verbal sobre emoções empobrecido e/ou com baixa frequência (Kuch & Dittrich, 2023; Mahalik & Morrison, 2006; Neilson & Maitland, 2025); dificuldades de cultivar e manter relações interpessoais (Primack et al., 2010) e de intimidade (Kuch & Dittrich, 2023; Mahalik & Morrison, 2006; Neilson & Maitland, 2025; Primack et al., 2010).

As dificuldades em solicitar e buscar ajuda e o empobrecimento do repertório verbal sobre emoções podem ser favorecidas por contingências partícipes de um contexto cultural que valoriza a masculinidade nos moldes hegemônicos. Demonstrações de fragilidade (e.g., pedir ajuda, expressar tristeza) de crianças do sexo masculino são punidas ou não reforçadas (i.e., extinção) (Neilson & Maitland, 2025), enquanto respostas incompatíveis à fragilidade são reforçadas. Durante essa fase, é comum que meninos expressem emoções e valorizem as relações de amizade como suportes emocionais, indicando que há reforçamento. Contudo, à medida que esses meninos envelhecem e chegam na adolescência, se torna mais provável que comportamentos associados à demonstração de emoções sejam punidos por seus pares, principalmente ao expressar emoções sobre outro homem (Neilson & Maitland, 2025; Schwab & Dupuis, 2022). Homens adultos também reportam que ao revelar experiências estressantes, preocupações com saúde mental ou perdas de relacionamentos a seus amigos, estes comportamentos costumeiramente são inseridos em contingências de punição (e.g., produzindo ridicularizações dos pares) ou de extinção (e.g., amigos os ignoram ou falam que eles devem resolver sozinhos) (Neilson & Maitland, 2025).

Esta organização de contingências de reforçamento, punição e extinção, propicia a formação de regras a respeito do significado de pedir ajuda e de expressar sentimentos. Sobre este aspecto, Addis e Mahalik (2003) apontam que buscar ajuda de um profissional de saúde

envolve uma série de respostas (e.g., confiar no outro, admitir que precisa de ajuda, reconhecer um problema emocional) não condizentes com regras a respeito da importância de os homens serem autossuficientes, fisicamente resistentes e de conseguirem controlar suas emoções. Os autores apontam que a ideia do controle do corpo e das emoções, importante para o ideal masculino, é preservada ao evitar a ajuda profissional.

O controle aversivo estabelece os pedidos de ajuda e a expressividade emocional como comportamentos de vulnerabilidade. A vulnerabilidade é idiossincrática: um comportamento vulnerável para um indivíduo pode não ser para outro, e o que determinará isso é a exposição a contingências de punição (Vartanian & Oshiro, 2021). Vulnerabilidade, então, seria a emissão de comportamentos que sinalizam risco de punição. Este risco é aprendido em função de um histórico de punição interpessoal direto daquele comportamento, da observação do comportamento de outros serem punidos, como também do governo por regras (e.g., “homem não chora”) ou de relações simbólicas (Cordova & Scott, 2001) (e.g., relações de coordenação da vulnerabilidade com a feminilidade ou de oposição com a masculinidade). Em suma, a vulnerabilidade é a emissão de comportamentos relacionados a contingências de punição interpessoal em contextos sociais.

Diante de estimulações aversivas, aumentam-se as probabilidades de emissão de comportamentos que minimizem o contato com elas (Fonseca-Junior, 2024) (i.e., contingências de reforçamento negativo). Portanto, as contingências que diminuem a frequência de verbalizações sobre emoções (do tipo tato ou mando) e pedidos ou a busca por ajuda, são as mesmas que reforçam negativamente padrões de esquiva ou fuga com topografias incompatíveis às respostas punidas.

A baixa frequência da emissão de comportamentos vulneráveis afeta a possibilidade do cultivo de relações de intimidade, outro dos padrões comportamentais apontados pela literatura de masculinidade. Cordova e Scott (2001) e Vandenberghe e Pereira (2005) definem

intimidade como um processo comportamental verbal resultante de dois fatores: (1) emissão, por parte de um falante, de uma classe de comportamento vulnerável à punição e (2) seu reforçamento pelo ouvinte. Em outras palavras, para construir uma relação íntima é necessário não somente emissões de comportamentos vulneráveis por um falante, mas uma recepção reforçadora do ouvinte (i.e., o responder do ouvinte seja reforçador para o comportamento de vulnerabilidade do falante). Contudo, como explicam Reigeluth e Addis (2016), homens são treinados de forma a reagir aversivamente a expressões de emoções, fenômeno que os autores chamam de Policiamento da masculinidade⁷. O Policiamento da masculinidade se refere a ações com a função de diminuir as chances de outros homens emitirem comportamentos percebidos como insuficientemente masculinos (e.g., expressar emoções e fragilidades) e, provavelmente, com função aversiva. Essa forma de se relacionar explicita não somente um contexto para a criação de vulnerabilidades como para suas manutenções (i.e., a continuidade da punição de um comportamento, tornando-o ainda mais vulnerável).

Assim, relações entre homens vão se tornando cada vez mais superficiais e menos emocionalmente conectadas (e.g., baixa frequência de verbalizações relacionados às emoções), ao passo em que o que é reforçado são apenas os comportamentos condizentes com os padrões de masculinidade (e.g., comentários sobre trabalho, esportes, mulheres). Diante deste cenário, é possível que sejam criados repertórios comportamentais altamente discriminados e que, portanto, homens conseguiriam ter relações de intimidade com pessoas de outros gêneros ou até mesmo com homens que não compartilhassem os padrões punitivistas. Contudo, a generalização operante e o governo por regras podem ter um importante papel em outra das problemáticas: as dificuldades de construir e manter relações sociais.

⁷ do inglês *Policing of masculinity*

No processo de generalização operante e respondente, estímulos que compartilham semelhanças físicas com aqueles condicionados em contingências operantes (em treinos discriminativos) ou respondentes (condicionamento respondente) passam a também compartilhar funções (discriminativa ou eliciadora). Tomemos como exemplo a resposta vocal “estou triste” (R1) e a interação entre dois homens, um falante e um ouvinte (O1), treinados a partir de um modelo de socialização que condiciona o “expressar emoções” como algo aversivo, evocando o Policiamento da masculinidade. A emissão de R1 pelo falante e sua provável punição por O1 poderia produzir o condicionamento da função aversiva de O1. Outros ouvintes não participantes dessa contingência de punição específica poderiam passar a sinalizar a mesma função aversiva de O1.

O exemplo acima também poderia ser utilizado para exemplificar como a exposição a estas contingências de punição pode favorecer a criação de regras (e.g., “ninguém pode me ajudar”; “não posso mostrar tristeza”; “sentir tristeza é errado”) que também dificultariam o engajamento em comportamentos vulneráveis.

Há a possibilidade de uma generalização dos efeitos da punição para os estímulos ambientais presentes no momento da apresentação do estímulo aversivos (Fontes & Shahan, 2021), condicionando os estímulos como punidores ou reforçadores negativos (Sidman, 1989/2009) (e.g., pessoa que manejou consequência aversiva para resposta vulnerável) e, por conseguinte, evocando comportamentos de fuga ou esquiva. Fontes e Shahan (2021) pontuam a possibilidade de os estímulos antecedentes presentes em contingências de punição terem um efeito supressor condicionado, onde sua presença em contingências futuras pode diminuir a probabilidade de respostas sem histórico de punição.

Em suma, podemos apontar que os efeitos das contingências de punição que produzem ou mantêm a vulnerabilidade de alguns comportamentos pode (1) diminuir a frequência de comportamentos vulneráveis, (2) estabelecer a presença de outras pessoas

como estímulos aversivos (por emparelhamento de estímulos ou generalização), o que por sua vez poderá (3) evocar fugas ou esquivas e (4) suprimir outros comportamentos além daqueles com histórico de punição.

A ausência de respostas associadas à intimidade (e.g., autorrevelação de sentimentos) pode resultar em maiores níveis de isolamento social (Dalgarrondo & Oshiro, 2023), este último caracterizado por uma quantidade ou qualidade inadequada de relações interpessoais (Zavaleta et al., 2017). Problemáticas que envolvem relações interpessoais podem produzir altos níveis de sofrimento (Holman et al., 2017/2022) e impactos no risco de mortalidade comparáveis a fatores de risco já bem estabelecidos como o tabagismo e o consumo de álcool (Holt-Lunstad et al., 2010). O isolamento social e a solidão estão associados com maiores riscos de desenvolver problemas relativos à saúde mental como depressão, ansiedade, esquizofrenia, demência e suicídio (Malcom et al., 2019).

Diante do exposto, podemos afirmar que a grande variedade de comportamentos considerados “não-masculinos”, aliados a posturas análogas ao Policiamento da masculinidade, cultiva uma série de impedimentos à emissão de respostas que em alguns contextos poderiam produzir reforçamento (e.g., expressar emoções ao psicoterapeuta). Para além disso, um efeito que parece ser produzido pelos padrões de masculinidade hegemônica é a construção de sujeitos que não conseguem manter relações próximas de intimidade, seja pela supressão de repertórios vulneráveis ou pela tendência de reproduzir o Policiamento da masculinidade (e.g., pessoas passariam a evitar contato). Outro aspecto importante relacionado ao campo da vulnerabilidade é a experiência emocional, esta será discutida na seção seguinte deste trabalho e poderá ser vista como uma análise complementar às expostas nesta seção.

No campo de intervenções, Primack et al., (2010) indicam que o controle por regras relativas a padrões de masculinidade dificulta a emissão de verbalizações sobre emoções, a

criação de relações íntimas e a percepção de suporte social. Os autores propõem que intervenções de psicoeducação sobre o impacto dessas regras podem ser importantes. Já Neilson et al apontam que intervenções baseadas na FAP podem ser úteis para o tratamento de clientes com dificuldades em relações de intimidade.

A FAP compreende que o sofrimento dos clientes como produto da seleção de déficits e/ou excessos comportamentais, e que comportamentos funcionalmente semelhantes a esses podem acontecer em sessão (Aranha & Oshiro, 2019; Kohlenberg & Tsai, 1991/2001. Assim, a FAP promove mudanças no repertório comportamental dos clientes a partir de intervenções que se utilizam da própria relação terapêutica criada a partir da interação da díade psicoterapeuta-cliente.

Nessa linha, Vartanian e Oshiro (2021) sugerem que as intervenções podem, por exemplo, ter como objetivo a modelagem de repertórios de vulnerabilização, evocando e reforçando respostas que se aproximem do comportamento vulnerável (i.e., reforçamento diferencial de comportamentos-alvo, Catania, 1998/1999). Kuch e Dittrich (2023) também mencionam a possibilidade de intervenções que possibilitem o contato da vulnerabilização com reforçamento no contexto natural dos clientes

Autocontrole Emocional

Para além de um repertório verbal empobrecido e das demais dificuldades apresentadas na seção anterior, as contingências de punição das respostas de expressividade emocional possivelmente produzem impactos na própria experiência emocional. Essas mesmas contingências sociais não privam meninos (e depois homens) simplesmente de falar sobre seus sentimentos e emoções: na verdade parecem tentar privá-los do próprio comportamento de sentir, ou ser capaz de descrever o que se está sentindo. Esta última seção

será dedicada às exigências masculinas a respeito da tratativa a ser dada aos eventos emocionais.

Nesse contexto, são valorizadas práticas como a autossuficiência (Herreen et al., 2022; Mahalik & Morrison, 2006; Primack, et al., 2010) o estoicismo (Herreen et al., 2022; Mahalik & Morrison, 2006; Neilson & Maitland, 2025; Primack et al., 2010), e a supressão emocional (Herreen et al., 2022; Mahalik & Morrison, 2006; Neilson & Maitland, 2025). A valorização dessas práticas evidencia tanto o papel que as emoções ocupam no enquadramento do “ser homem” quanto a exigência de autocontrole comportamental, seja pela demanda de reagir diferentemente a alguns estímulos privados/mudanças fisiológicas (e.g., estoicismo), seja pela tentativa de estes não ocorram (e.g., supressão emocional).

As concepções mais tradicionais de autocontrole emocional geralmente abordam uma causalidade interna onde o controle de emoções ou impulsos produziria a modificação do comportamento público, processo este mediado por fatores como a força de vontade, a resistência aos impulsos, self etc. (Batista & Tourinho, 2012; Marchezini-Cunha & Tourinho, 2010). Na literatura analítico-comportamental a divisão em autocontrole emocional e comportamental não é feita, sendo estes interpretados como o mesmo fenômeno (Batista & Tourinho, 2012). Podemos utilizar uma das afirmações de Skinner (1953/2003) como um contraponto ao internalismo na noção de autocontrole: “com frequência o indivíduo vem a controlar parte de seu próprio comportamento quando uma resposta tem consequências que provocam conflitos - quando leva tanto a reforço positivo quanto à negativo” (p. 252). Nesta afirmação, Skinner lança luz para a condição que torna necessária a existência do controle do próprio comportamento, a produção conflituosa de variáveis controladoras, reforçadores positivos e negativos. O conflito, nesse contexto, é referente à produção de consequências que aumentam e outras que diminuem a probabilidade do responder (Hanna & Todorov, 2002). Em linhas gerais, a resposta de autocontrole seria aquela que, em situação de

concorrência com uma resposta impulsiva, é emitida sob controle de uma consequência reforçadora atrasada de maior magnitude, enquanto a impulsiva estaria sob controle de uma consequência imediata, mas de menor valor reforçador (Batista & Tourinho, 2012).

Além de situações que promovem conflito entre as consequências diretas do comportamento, o autocontrole também pode ser evidenciado em contingências em que este conflito é mediado por sanções éticas dos grupos (Marchezini-Cunha & Tourinho, 2010). Os grupos manejam sanções para os comportamentos dos indivíduos quando as respostas ou as consequências produzidas são aversivas para o próprio grupo, mesmo que produzam consequências reforçadoras em nível individual.

No caso de grupos treinados a partir de uma socialização nos moldes da masculinidade hegemônica, respostas verbais sob controle de determinados estímulos discriminativos (e.g., “eu me sinto deprimido”), caracterizadas aqui como expressões emocionais, são incompatíveis aos padrões de masculinidade e possuem função aversiva, suas presenças evocariam comportamentos que as eliminassem (e.g., sanções éticas), uma espécie de Policiamento da masculinidade. A diminuição da frequência de expressividade emocional pode aumentar as chances da produção de alguns reforçadores para o grupo a longo prazo (e.g., homens serem vistos como racionais e não emocionais, portanto mais aptos a determinados feitos). Caso a sanção não fosse aplicada e, por exemplo, comportamentos "emocionais" fossem reforçados (e.g., produzindo acolhimento), a competição entre consequências imediatas para o indivíduo e consequências atrasadas para o grupo, possivelmente, não controlaria a emissão de respostas de autocontrole ético (Tourinho, 2013).

Por isto, em contextos de valorização de padrões hegemônicos de masculinidade, podemos interpretar como impulsivas as respostas de expressividade emocional, uma vez que poderiam produzir reforçadores de curto prazo para o indivíduo, e como autocontrole ético, aquelas incompatíveis com a expressão de emoções, por produzirem reforçadores de longo

prazo para o grupo. Vale considerar que, apesar do autocontrole ético costumeiramente envolver a perda de reforçadores naturais que a resposta impulsiva poderia produzir (e.g., relatar sofrimento e receber ajuda de um familiar), ele também é socialmente reforçado (Tourinho & Vichi, 2012), positivamente (e.g., com a aprovação dos pares), ou negativamente (e.g., com a própria retirada/evitação das sanções). A valorização do autocontrole emocional (i.e., emissão de respostas incompatíveis com a expressão de emoções) como um importante elemento no repertório comportamental dos homens nos permite interpretar a expressividade emocional, nesses contextos, como um padrão de impulsividade.

As sanções éticas, portanto, são comportamentos que produzem estímulos aversivos contingentes aos comportamentos indesejáveis dos indivíduos à determinada cultura/grupo (e.g., expressividade emocional), com função de puni-los, ou seja, diminuir a probabilidade de ocorrência de respostas emocionais impulsivas.

Em suma, o autocontrole se torna importante nas situações em que o responder produz conflitos entre “consequências imediatas *versus* consequências atrasadas e consequências para o indivíduo *versus* consequências para o grupo” (Marchezini-Cunha & Tourinho, 2010, p. 299). Para Marchezini-Cunha e Tourinho (2010) essa relação conflituosa entre consequências aproxima os conceitos de autocontrole e assertividade. De acordo com os autores a assertividade seria funcionalmente semelhante ao comportamento de autocontrole, enquanto a passividade e a agressividade se assemelham a padrões de impulsividade.

O comportamento assertivo pode envolver diferentes topografias (e.g., fazer e recusar pedidos, questionar, discordar etc., Del Prette & Del Prette, 2017). Entretanto, em função das categorias de registro analisadas nesta seção e das discussões até então construídas sobre masculinidade, neste trabalho priorizaremos abordar a assertividade a partir da expressividade emocional, mais especificamente como respostas descritivas de determinados

estímulos privados, especificamente aqueles que evocam respostas verbais que descrevem emoções incompatíveis com os padrões de masculinidade atuais.

Uma possível definição funcional de assertividade abrange a relação entre uma resposta verbal descritiva de eventos privados (e.g., emoções e pensamentos) que produz reforçamento social e não-social quando emitida num ambiente social antecedente que envolve riscos de punição pelo interlocutor (Marchezini-Cunha & Tourinho, 2010; Teixeira et al., 2016). De modo geral, comportamentos assertivos são mais eficientes em produzir reforçadores quando comparados a agressivos e passivos (Marchezini-Cunha & Tourinho, 2010). Contudo, o mesmo efeito não parece ser reproduzido nas contingências de socialização hegemônicas. Nesse contexto, comportamentos assertivos com topografias que se aproximam do relato da experiência emocional (e.g., eventos emocionais, respostas emocionais) produzem punições.

A comunidade verbal pode reforçar diferencialmente respostas de autodescrições de eventos privados, tornando os últimos estímulos discriminativos para respostas autodescritivas. Contudo, em contextos de maior valorização de padrões hegemônicos de masculinidade, foram selecionadas contingências de punição para alguns desses autorrelatos sob controle de específicas estimulações privadas, contingentes para comportamentos operantes autodescritivos sob controle de estimulações interoceptivas com funções de estímulo culturalmente opostas à masculinidade (e.g., estímulos discriminativos privados que são relacionados em uma comunidade verbal a respostas verbais, como “sinto tristeza”). Além da diminuição ou supressão da frequência do responder, Moore (2018) e Tourinho (2016) apontam que um dos efeitos das contingências que restringem a emissão de respostas emocionais é a diminuição da participação do aparelho motor e da magnitude dessas respostas a um nível que impossibilite a observação pública.

Adicionalmente, o condicionamento pavloviano é responsável por outro possível efeito: a mudança de função do estímulo privado (Darwich & Tourinho, 2005). Em contingências operantes de punição, o emparelhamento do estímulo discriminativo privado para respostas descritivas com um estímulo punitivo pode condicionar uma função aversiva ao estímulo privado, o que evocaria respostas de fuga e esquiva (e.g., emitir tatos distorcidos sobre a experiência emocional). Não obstante, o estímulo aversivo apresentado como consequência à resposta operante pode, por sua vez, participar de uma relação respondente enquanto um estímulo incondicionado ou condicionado (US1/CS1) eliciador de respostas condicionadas (CR1). Após algumas repetições deste emparelhamento, o estímulo privado, originalmente um estímulo neutro, passaria a ter função eliciadora condicionada (CS2) para CR1.

Além da função respondente de estímulo condicionado atribuída aos estímulos privados, em contingências operantes, a presença destes estímulos poderá se constituir como uma operação motivadora evocativa de respostas que os removam ou, pelo menos, amenizem (Guedes, 2011). E como já evidenciado, os contextos de socialização masculina não abrem espaço (i.e., não reforçam) para respostas que poderiam ser altamente eficazes no alívio desta aversividade, como pedir ajuda ou relatar a experiência emocional, que em outros contextos poderiam produzir reforçadores positivos (e.g., palavras de conforto) e respondentes incompatíveis aos eliciados por CS2 correlacionados à consequência (Sousa, 2022). Por outro lado, respostas agressivas emitidas em função da remoção de estimulação aversiva podem ser altamente eficazes para a modificação da experiência emocional (esquiva experiencial), além de terem altas chances de reforçamento social, como anteriormente debatido.

O tipo de autocontrole emocional que a masculinidade tenta produzir é complexo, pois tenta diminuir a probabilidade não somente da emissão de respostas verbais que descrevem estados fisiológicos específicos com função discriminativa privada (e.g., “sinto

saudades dele”), mas da eliciação de determinadas condições corporais (e.g., dor ao sofrer uma queda). Contudo, como já delimitado, os fenômenos emocionais envolvem componentes respondentes e operantes, onde, por vezes, as próprias emoções assumem funções de estímulo (e.g., função discriminativa) ou de resposta (e.g., quando eliciada por um antecedente). Tal colocação nos possibilita interpretar a função dos comportamentos dos membros comunidade verbal de dispor punições à expressividade emocional como uma tentativa de produzir a diminuição da frequência de respondentes e de respostas operantes verbais, mesmo que originalmente fossem emitidas de maneira assertiva. Contudo, os efeitos produzidos são as modificações de funções discriminativas de estímulos privados de forma que estes passem a evocar respostas operantes incompatíveis à expressão emocional (e.g., tatos distorcidos) e o condicionamento dos estímulos privados como estímulos eliciadores aversivos aos quais foram emparelhados.

As relações aqui abordadas podem se relacionar, por exemplo, com algumas das problemáticas expostas nas seções anteriores, como a violência e o abuso de substâncias. Pressupor a existência de contingências que favoreçam o estabelecimento de funções aversivas a determinados estímulos privados pode ser um importante ponto de partida no atendimento da população masculina. Principalmente pela chance de que esses comportamentos estejam sob controle, pelo menos parcialmente, da função aversiva condicionada a estes estímulos privados. Assim, alguns desses comportamentos podem ter função de esquia experiencial.

Por mais que os artigos analisados não apontem diretamente intervenções para as relações emocionais aqui expostas, algumas extrapolações podem ser feitas. Por exemplo, as intervenções que visam a modificação de regras sobre [a expressão de] emoções e papéis de gênero (González-Prendes, 2007; Primack et al., 2010), ou a mudança do controle verbal (e.g., tenho que aguentar tudo sozinho) para o controle de contingências naturais (Kuch &

Dittrich, 2023). Intervenções que visem estabelecer funções discriminativas para os estímulos privados (e.g., evocando tatos puros ou pedidos de ajuda) podem ser úteis não só ao andamento do processo psicoterapêutico, mas também para a facilitação da construção de relações íntimas no ambiente natural dos clientes. Contudo, vale destacar que psicoterapeutas homens podem acabar por reproduzir padrões punitivos frente a determinadas verbalizações dos clientes (e.g., tatos de emoções culturalmente entendidas como “femininas”) (Rocha Junior et al., 2023). Diante desta possibilidade, Rocha Junior et al. (2023) afirmam que é necessário que psicoterapeutas fiquem atentos às variáveis às quais seu próprio comportamento é função, diminuindo assim as chances de reproduzirmos mais opressões.

Considerações Finais

A literatura comportamental clínica mostra-se sensível às problemáticas relacionadas a padrões de masculinidade, sobretudo, hegemônicos. Inclusive, de forma coerente com as discussões encontradas na literatura de masculinidades. Contudo, não foi encontrada uma grande diversidade de propostas interventivas articuladas ao tema das masculinidades para os comportamentos prejudiciais abordados. Um fato que chama atenção é a escassez de artigos experimentais que testassem a eficácia das intervenções. Não obstante, a preferência de parte da literatura analisada por uma descrição topográfica e não funcional dos padrões problemáticos de masculinidade pode contribuir para a dificuldade da proposição de intervenções no atendimento de pessoas com questões relacionadas a padrões de gênero.

Dentre outros fatores, a escolha dos descritores e dos periódicos selecionados podem ser determinantes para a não identificação de um maior número de artigos, intervenções e discussões. Além disso, é provável que muitos trabalhos da literatura comportamental

abordem as categorias identificadas neste estudo não articulando-as às temáticas de gênero e masculinidade.

Voltando à pergunta de partida desta pesquisa, as intervenções apresentadas pela literatura parecem priorizar a modificação do controle por estímulos verbais. Resultado condizente com as discussões propostas neste trabalho sobre a interlocução do controle exercido por regras relacionadas a padrões de masculinidade que, por vezes, produzem estimulação aversiva ao próprio homem.

Como bem destacou Ruiz (1995), a Análise do Comportamento, e aqui entendemos que provavelmente toda a ciência comportamental, historicamente negligenciou áreas de estudos sobre gênero. A mudança neste cenário que vem acontecendo nos últimos anos (Rocha Junior et al., 2023) pode indicar que nossa comunidade vem reforçando mais consistentemente a produção de estudos que interseccionam gênero, comportamentalismo radical e clínica. O atual cenário pode suscitar a esperança de que a negligência apontada por Ruiz (1995) pode não mais ser um aversivo presente a ser eliminado pela ciência comportamental.

Para tanto, um importante passo é o aumento na produção de pesquisas que testem a eficácia de intervenções voltadas à modificação de padrões de gênero danosos e o desenvolvimento de linhas de pesquisas aplicadas voltadas à construção e avaliação de novas intervenções que produzam modificações tanto em nível individual (e.g., em contextos clínicos), quanto em nível cultural (e.g., com estratégias de planejamento cultural).

O esforço deste trabalho em apontar possíveis variáveis controladoras de padrões comportamentais “masculinos”, além de corroborar com a visão de Silva e Laurenti (2016) e Ruiz (2003) acerca da construção e manutenção dos padrões de gênero pelas contingências ambientais, pode incentivar uma visão clínica analítico-comportamental mais gendrada e, portanto, mais sensível às contingências que os cultivam e mantêm. Dessa forma,

aumentam-se as chances de que analistas do comportamento clínicos realizem análises funcionais e, posteriormente, intervenções mais completas e eficientes na modificação de padrões comportamentais de gênero.

Referências

- Abreu, P. R., & Abreu, J. H. dos S. S. (2020). Ativação comportamental na depressão. Manole.
- Addis, M. E., & Cohane, G. H. (2005). Social scientific paradigms of masculinity and their implications for research and practice in men's mental health. *Journal of Clinical Psychology*, 61(6), 633–647. <https://doi.org/10.1002/jclp.20099>
- Addis, M. E., & Mahalik, J. R. (2003). Men, masculinity, and the contexts of help seeking. *American Psychologist*, 58(1), 5-14. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.58.1.5>
- Addis, M. E., Mansfield, A. K., & Syzdek, M. R. (2010). Is “masculinity” a problem?: Framing the effects of gendered social learning in men. *Psychology of Men & Masculinity*, 11(2), 77–90. <https://doi.org/10.1037/a0018602>
- Albuquerque, L. C. de, & Paracampo, C. C. P. (2010). Análise do controle por regras. *Psicologia USP*, 21(2), 253–273. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642010000200004>
- Alcorn, J. L., Rathnayaka, N., Swann, A. C., Moeller, F. G., & Lane, S. D. (2015). Effects of intranasal oxytocin on aggressive responding in antisocial personality disorder. *The Psychological Record*, 65(4), 691–703. <https://doi.org/10.1007/s40732-015-0139-y>
- American Psychological Association. (2018). *Boys and men guidelines group: Guidelines for psychological practice with boys and men*. <https://www.apa.org/about/policy/boys-men-practice-guidelines.pdf>
- Anderly, M. A. P. A. (1993). Skinner: a cultura como um compromisso da ciência. *Acta Comportamentalia: Revista Latina de Análisis Del Comportamiento*, 1(2), 144–154. <https://www.revistas.unam.mx/index.php/acom/article/view/18210>

- Andery, M. A. P. A. (2011). Comportamento e cultura na perspectiva da análise do comportamento. *Perspectivas em análise do comportamento*, 2(2), 203-217.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-35482011000200006&lng=pt&tlng=pt.
- Aranha, A. S., & Oshiro, C. K. B. (2019). Contribuições da psicoterapia analítica funcional (FAP) no tratamento do transtorno por uso de substâncias (TUS). *Acta Comportamentalia*, 27(2), 197-213. <https://doi.org/10.32870/ac.v27i2.69860>
- Aranha, A. S., & Oshiro, C. K. B. (2021). Transtornos por uso de substâncias na perspectiva analítico-comportamental. In F. M. Lopes, A. L. M. Andrade, R. A. Reichert, B. O. Pinheiro, E. A. da Silva, & D. de Micheli (Orgs.), *Psicoterapias e abuso de drogas: Uma análise a partir de diferentes perspectivas teórico-metodológicas* (pp. 127-144). Editora CRV. <https://doi.org/10.24824/978652511044.8>
- Azevedo, V. F. de. (2026). Possibilidades de Interlocução entre a Terapia Cognitivo-Comportamental e a Terapia Feminista. *Cadernos De Psicologia*, 6(1), 1-16. <https://www.cadernosdepsicologia.org.br/index.php/cadernos/article/view/389>
- Badinter, E. (1993). *XY: Sobre a identidade masculina*. (M. I. D. Estrada, Trad.) Nova Fronteira. (Trabalho original publicado em 1992)
- Bandura, A., Ross, D., & Ross, S. A. (1961). Transmission of aggression through imitation of aggressive models. *The Journal of Abnormal and Social Psychology*, 63(3), 575-582.
<https://doi.org/10.1037/h0045925>
- Barbosa, J. I. C., & Borba, A. (2010). O surgimento das terapias cognitivo-comportamentais e suas consequências para o desenvolvimento de uma abordagem clínica analítico-comportamental dos eventos privados. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 12(1-2), 60-79.

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452010000100004&lng=pt&tlng=pt.

Barros, R. da S. (2003). Uma introdução ao comportamento verbal. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 5(1), 73–82.

https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452003000100008&lng=pt&tlng=pt.

Batista, J. R., & Tourinho, E. Z. (2012). Interpretação Analítico-Comportamental do Autocontrole Emocional. *Interação em Psicologia*, 16(2), 249–259.

<https://doi.org/10.5380/psi.v16i2.16884>

Baum, W. M. (2019). *Compreender o behaviorismo* (D. Bueno, Trad.; 3ª ed.). Artmed. (Obra original publicada em 2017)

Beck, J. S. (2021). *Terapia cognitivo-comportamental: Teoria e prática* (3ª ed.). Artmed.

Borgogna, N. C., & McDermott, R. C. (2022). Is traditional masculinity ideology stable over time in men and women? *Psychology of Men & Masculinities*, 23(3), 347–352.

<https://doi.org/10.1037/men0000393>

Borloti, E. B., Haydu, V. B., & Machado, A. R. (2015). Crack: Análise comportamental e exemplos das funções da dependência. *Acta Comportamentalia*, 23(3), 323–338.

<https://www.revistas.unam.mx/index.php/acom/article/view/52062>

Braga, G. L. de B., & Vandenberghe, L. (2006). Abrangência e função da relação terapêutica na terapia comportamental. *Estudos De Psicologia (campinas)*, 23(3), 307–314.

<https://doi.org/10.1590/S0103-166X2006000300010>

- Braz, M. (2005). A construção da subjetividade masculina e seu impacto sobre a saúde do homem: reflexão bioética sobre justiça distributiva. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(1), 97-104. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232005000100016>
- Call, J. B., & Shafer, K. E. (2018). Gendered manifestations of depression and help seeking among men. *American Journal of Men's Health*, 12(1), 41–51. <https://doi.org/10.1177/1557988315623993>
- Capelari, A., & Fazzio, D. F. S. (1999). O estudo da violência no laboratório. In R. Kerbaux & R. Wielenska (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição* (Vol. 4, pp. 177–183). Esetec
- Carvalho Neto, M. B. de, Salina, A., Montanher, A. R. P., & Cavalcanti, L. A. (2003). O projeto genoma humano e os perigos do determinismo reducionista biológico na explicação do comportamento: uma análise behaviorista radical. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 5(1), 41–56. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v5i1.90>
- Carvalho Neto, M. B. de, Magalhães, P., Santos, B., & Mayer, P. (2018). O estudo da punição com o jato de ar quente: efeito de diferentes histórias de reforçamento. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 14(2). <http://dx.doi.org/10.18542/rebac.v14i2.7533>
- Catania, A. C. (1999). *Aprendizagem: Comportamento, linguagem e cognição* (A. Schmidt, D. G. de Souza, F. C. Capovilla, J. C. C. de Rose, M. de J. D. dos Reis, A. A. da Costa, L. M. de C. M. Machado, & A. Gadotti, Trans.). Artmed. (Trabalho original publicado em 1998)
- Connell, R.W. (1987). *Gender & power*. Stanford University Press.

Connell, R. W. (1998). Masculinities and Globalization. *Men and Masculinities*, 1(1), 3–23.

<https://doi.org/10.1177/1097184X98001001001>

Connell, R. W., & Messerschmidt, J. W. (2013). Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, 21(1), 241–282.

<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100014>

Cordova, J. V., & Scott, R. L. (2001). Intimacy: A behavioral interpretation. *The Behavior Analyst*, 24(1), 75–86. <https://doi.org/10.1007/BF03392020>

Costa, N. (2012). Terapia de aceitação e compromisso: É uma proposta de intervenção cognitivista? *Revista Perspectivas*, 3(2), 117–126.

<https://doi.org/10.18761/perspectivas.v3i2.233>

Dalgalarrodo, G. J. M., & Oshiro, C. K. B. (2023). Aprendendo no vínculo: A relação terapêutica. In C. K. B. Oshiro & J. F. Vartanian (Eds.), *Habilidades terapêuticas na prática da psicoterapia* (pp. 169–183). Manole.

Darwich, R. A., & Tourinho, E. Z. (2005). Respostas emocionais à luz do modo causal de seleção por consequências. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 7(1), 107–118.

https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452005000100011&lng=pt&tlng=pt.

de Rose, J. C. (2016). A importância dos respondentes e das relações simbólicas para uma análise comportamental da cultura. *Acta Comportamentalia*, 24(2).

<https://www.revistas.unam.mx/index.php/acom/article/view/55783>

- Del Prette, G., & Almeida, T. A. C. de. (2014). O uso de técnicas na clínica analítico-comportamental. In N. B. Borges, & F. A. Cassas (Orgs.), *Clínica analítico-comportamental: Aspectos teóricos e práticos* (pp. 147-159). Artmed.
- Del Prette, Z. A. P., & Del Prette, A. (2017). *Competência social e habilidades sociais: Manual teórico-prático*. Vozes.
- Dougherty, D. M., Cherek, D. R., & Lane, S. D. (1998). Aggressive responding in the laboratory maintained by the initiation of a provocation-free interval. *The Psychological Record*, 48, 591–600. <https://doi.org/10.1007/BF03395291>
- Ferreira, A., Gonçalves, L. L. F., & Modenesi, R. D. (2023). Comportamento governado por regras: um estudo experimental sobre regras do tipo aumento. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 14(2), 22–34. <https://doi.org/10.18761/PAC234ba6>
- Fonseca-Júnior, A. (2024). Aquisição e extinção do comportamento de esquiva em pesquisas com animais não humanos. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 20, 203–213. <https://doi.org/10.18542/rebac.v20i0.16464>
- Fontes, R. M., & Shahan, T. A. (2021). Punishment and its putative fallout: A reappraisal. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 115(1), 185–203. <https://doi.org/10.1002/jeab.653>
- Gifford, E. V. (1999). Setting a course for behavior change: The verbal context of acceptance. In S. C. Hayes, V. M. Follette, & M. J. Dougher (Eds.), *Acceptance and change: Content and context in psychotherapy* (2nd ed., pp. 218–222). Context Press.
- Glenn S. S. (2004). Individual behavior, culture, and social change. *Behavior Analyst*, 27(2), 133-51. <https://doi.org/10.1007/BF03393175>

- González-Prendes, A. A. (2007). Cognitive-behavioral treatment of men and anger: Three single case studies. *Cognitive and Behavioral Practice, 14*(2), 185–197.
<https://doi.org/10.1016/j.cbpra.2007.02.001>
- Guedes, M. L. (2011). Porque o controle aversivo não é uma possibilidade na clínica. *Acta Comportamentalia, 19*(4), 65–70.
<https://www.revistas.unam.mx/index.php/acom/article/view/36937>
- Hanna, E. S., & Todorov, J. C. (2002). Modelos de autocontrole na análise experimental do comportamento: utilidade e crítica. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 18*(3), 337–343.
<https://doi.org/10.1590/S0102-37722002000300014>
- Harte, C., & Barnes-Holmes, D. (2022). The Status of Rule-Governed Behavior as Pliance, Tracking and Augmenting within Relational Frame Theory: Middle-Level Rather than Technical Terms. *The Psychological Record, 72*, 145–158.
<https://doi.org/10.1007/s40732-021-00458-x>
- Hayes, S. C. (1987). A contextual approach to therapeutic change. In N. Jacobson (Ed.), *Psychotherapists in clinical practice: Cognitive and behavioral perspectives* (pp. 327–387). Guilford Press.
- Hayes, S.C. (2016). Acceptance and Commitment Therapy, Relational Frame Theory, and the Third Wave of Behavioral and Cognitive Therapies – Republished Article. *Behavior Therapy, 47*(6), 869–885. <https://doi.org/10.1016/j.beth.2016.11.006> (Trabalho original publicado em 2004)
- Hayes, S. C., Luoma, J. B., Bond, F. W., Masuda, A., & Lillis, J. (2006). Acceptance and commitment therapy: Model, processes and outcomes. *Behavior Research and Therapy, 44*(1), 1–25. <https://doi.org/10.1016/j.brat.2005.06.006>

- Hayes, S. C., Wilson, K. G., Gifford, E. V., Follette, V. M., & Strosahl, K. (1996). Experimental avoidance and behavioral disorders: a functional dimensional approach to diagnosis and treatment. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 64(6), 1152–1168. <https://doi.org/10.1037/0022-006X.64.6.1152>
- Herreen, D., Rice, S. M., & Zajac, I. T. (2022). Psychological inflexibility mediates the relationship between conformity to masculine norms and depression: Preliminary support for a transdiagnostic approach to working therapeutically with men. *Journal of Contextual Behavioral Science*, 26, 210–216. <https://doi.org/10.1016/j.jcbs.2022.10.007>
- Holman, G., Kanter, J., Tsai, M., & Kohlenberg, R. (2022). *Psicoterapia Analítica Funcional descomplicada: Guia prático para relações terapêuticas* (A. S. Aranha, A. R. Ferreira, A. Redressa, D. A. Assaz, E. F. da Silva, F. Moreira, G. dos Santos, G. de O. Lima, J. F. Vartanian, M. S. Sartor, & R. da C. da S. Pinheiro, Trans.). Sinopsys. (Trabalho original publicado em 2017)
- Holt-Lunstad, J., Smith, T. B., & Layton, J. B. (2010). Social relationships and mortality risk: a meta-analytic review. *PLoS Medicine*, 7(7), 1–20. <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1000316>
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2025). Atlas da violência 2025. <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5999-atlasdaviolencia2025.pdf>
- Iwamoto, D. K., & Smiler, A. P. (2013). Alcohol Makes You Macho and Helps You Make Friends: The Role of Masculine Norms and Peer Pressure in Adolescent Boys' and

Girls' Alcohol Use. *Substance Use & Misuse*, 48(5), 371–378.

<https://doi.org/10.3109/10826084.2013.765479>

Kissi, A., Hughes, S., Mertens, G., Barnes-Holmes, D., De Houwer, J., & Crombez, G.

(2017). A Systematic Review of Pliance, Tracking, and Augmenting. *Behavior*

Modification, 41(5), 683–707. <https://doi.org/10.1177/0145445517693811>

Kohlenberg, R. J., & Tsai, M. (2001). *Psicoterapia analítica funcional: Criando relações*

terapêuticas intensas e curativas (R. R. Kerbaudy, Trad.). ESETec. (Trabalho original

publicado em 1991)

Kuch, I. E., & Dittrich, A. (2023). As masculinidades como variáveis relevantes para

analistas do comportamento: Reflexões teóricas e práticas. *Perspectivas Em Análise*

Do Comportamento, 154–169. <https://doi.org/10.18761/vecc291122a>

Kuch, I. E., & Dittrich, A. (2024). Homens: Parte do Problema ou da Solução? Behaviorismo,

Política e Masculinidades. *Acta Comportamentalia*, 32(2), 289–308.

<https://doi.org/10.32870/ac.v32i2.88351>

Kupers, T. A. (2005). Toxic masculinity as a barrier to mental health treatment in prison.

Journal of Clinical Psychology, 61(6), 713–24. <https://doi.org/10.1002/jclp.20105>

Lacerda, L., & Costa, N. (2013). Relação entre comportamentos emocionais ciumentos e

violência contra a mulher. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*,

15(3), 21–36. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v15i3.628>

Lopes, C. E. (2008). Uma proposta de definição de comportamento no behaviorismo radical.

Revista Brasileira De Terapia Comportamental E Cognitiva, 10(1), 1–13.

<https://doi.org/10.31505/rbtcc.v10i1.206>

- Mahalik, J. R. (1999). Incorporating a gender role strain perspective in assessing and treating men's cognitive distortions. *Professional Psychology: Research and Practice*, 30(4), 333–340. <https://doi.org/10.1037/0735-7028.30.4.333>
- Mahalik, J. R., & Morrison, J. A. (2006). A cognitive therapy approach to increasing father involvement by changing restrictive masculine schemas. *Cognitive and Behavioral Practice*, 13(1), 62–70. <https://doi.org/10.1016/j.cbpra.2005.02.001>
- Mahalik J. R, Talmadge W. T, Locke B. D, & Scott R. P. (2005). Using the conformity to masculine norms inventory to work with men in a clinical setting. *Journal of Clinical Psychology*, 61(6), 661-74. <https://doi.org/10.1002/jclp.20101>
- Malcolm, M., Frost, H., & Cowie, J. (2019). Loneliness and social isolation causal association with health-related lifestyle risk in older adults: a systematic review and meta-analysis protocol. *Systematic Reviews*, 8(1), 1–8. <https://doi.org/10.1186/s13643-019-0968-x>
- Malott, R. W. (1996). A behavior-analytic view of sexuality, transsexuality, homosexuality, and heterosexuality. *Behavior and Social Issues*, 6(2), 127–140. <https://doi.org/10.5210/bsi.v6i2.286>
- Manzione, R. V. (2022). *Examinando os efeitos de um workshop introdutório de Terapia de Aceitação e Compromisso sobre a aquisição de habilidades terapêuticas em terapeutas iniciantes em um delineamento quase-experimental de caso único* [Dissertação de mestrado, Paradigma Centro de Ciências e Tecnologia do Comportamento].
- Marchezini-Cunha, V., & Tourinho, E. Z. (2010). Assertividade e autocontrole: interpretação analítico-comportamental. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(2), 295–304. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000200011>

- Marques, N. S., Rocha Junior, J. E. G., & Viana, V. da S. (2023). Terapeutas homens: como a socialização masculina pode afetar o desenvolvimento de habilidades terapêuticas. In C. K. B. Oshiro, & J. F. Vartanian (Orgs.), *Habilidades terapêuticas na prática da psicoterapia* (pp. 311–324). Editora Manole Ltda.
- Martin, L. A., Neighbors, H. W., & Griffith, D. M. (2013). The Experience of Symptoms of Depression in Men vs Women: Analysis of the National Comorbidity Survey Replication. *JAMA Psychiatry*, 70(10), 1100–1106.
<https://doi.org/10.1001/jamapsychiatry.2013.1985>
- Matos, M. A. (2001). Comportamento governado por regras. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 3(2), 51–66. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v3i2.135>
- Menezes, A. B., & Borba, A. (2023). Construir uma sociedade saudável para a comunidade LGBT é possível? Reflexões analítico-comportamentais. In A. Dittrich, B. A. Strapasson, & D. Zilio (Orgs.), *Análise do comportamento: Dimensões políticas* (pp. 193-217). Editora Paradigma.
- Michael J. (1993). Establishing operations. *The Behavior analyst*, 16(2), 191–206.
<https://doi.org/10.1007/BF03392623>
- Miguel, A., Yamauchi, R., Simões, V., Silva, C., & Laranjeira, R. (2015). From Theory to Treatment: Understanding Addiction from an Operant Behavioral Perspective. *Journal of Modern Education Review*, 5, 778–787.
[https://doi.org/10.15341/jmer\(2155-7993\)/08.05.2015/006](https://doi.org/10.15341/jmer(2155-7993)/08.05.2015/006)
- Mizael, T. M., Castro, M. S. L. B. de, & Dittrich, A. (2021). Uma interpretação analítico-comportamental do colorismo e de suas implicações clínicas. *Acta*

Comportamentalia, 29(4), 65–81.

<https://www.revistas.unam.mx/index.php/acom/article/view/80314>

Moore, J. (2018). Eventos comportamentais privados. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 13(2). <https://doi.org/10.18542/rebac.v13i2.5907>

Mussi, S. V., & Malerbi, F. E. K. (2020). Revisão de estudos que empregaram intervenções afirmativas para LGBTQI+ sob uma perspectiva analítico-comportamental. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 22(1), 1-19.

<https://doi.org/10.31505/rbtcc.v22i1.1438>

Neilson, E. C., & Maitland, D. W. M. (2025). Masculinity, social connection, and loneliness: A contextual behavioral science approach to men's social relationships and intimacy. *Journal of Contextual Behavioral Science*, 36, 1–11.

<https://doi.org/10.1016/j.jcbs.2025.100892>

Nicolodi, L., & Hunziker, M. (2021). O patriarcado sob a ótica analítico-comportamental: considerações iniciais. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 17(2).

<http://dx.doi.org/10.18542/rebac.v17i2.11012>

Oliveira, V. L. de, & Albuquerque, L. C. de. (2007). Efeitos de histórias experimentais e de esquemas de reforço sobre o seguir regras. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23(2),

217–228. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722007000200012>

Organização Mundial da Saúde. Regional Office for Europe. (2000). *Boys in the picture: gender based programming in adolescent health and development in Europe*.

<https://apps.who.int/iris/handle/10665/108663>

- Organização Pan-Americana da Saúde. Executive Summary. (2019). Masculinities and Health in the Region of the Americas. <https://iris.paho.org/handle/10665.2/51666>
- Padesky, C. A., Hammen, C. L. (1981). Sex differences in depressive symptom expression and help-seeking among college students. *Sex Roles*, 7(3), 309–320. <https://doi.org/10.1007/BF00287545>
- Pérez-Alvarez, M. (2012). Third-generation therapies: Achievements and challenges. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, 12(2), 291–310
- Primack, J. M., Addis, M. E., Syzdek, M., & Miller, I. W. (2010). The Men's Stress Workshop: A gender-sensitive treatment for depressed men. *Cognitive and Behavioral Practice*, 17(1), 77–87. <https://doi.org/10.1016/j.cbpra.2009.07.002>
- Reigeluth, C. S., & Addis, M. E. (2016). Adolescent boys' experiences with policing of masculinity: Forms, functions, and consequences. *Psychology of Men & Masculinity*, 17(1), 74–83. <https://doi.org/10.1037/a0039342>
- Rocha de Almeida, R., & Zilio, D. (2020). O que é violência? Uma análise sobre os usos do termo na literatura analítico-comportamental. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 22(1), 1–22. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v22i1.1419>
- Rocha Junior, J. E. G., Marques, N. S., & Oshiro, C. K. B. (2023). Potenciais efeitos da socialização masculina no desenvolvimento de habilidades terapêuticas. *Perspectivas Em Análise Do Comportamento*, 27–41. <https://doi.org/10.18761/vecc161022>
- Rochlen, A. B. (2005). Men in (and out of) therapy: central concepts, emerging directions, and remaining challenges. *Journal of Clinical Psychology*, 61(6), 627–31. <https://doi.org/10.1002/jclp.20098>
- Ruiz, M. R. (2003). Inconspicuous sources of behavioral control: The case of gendered practices. *The Behavior Analyst Today*, 4(1), 12–16. <https://doi.org/10.1037/h0100005>

- Sant'Ana, M. F., De Souza, F. H. S., & Melo, C. M. (2019). Uma discussão sobre identidade de gênero e orientação sexual no comportamentalismo radical. In A. T. Bolsoni-Silva, D. Zilio, H. L. Gusso, J. H. de Almeida, & P. C. M. Mayer (Orgs.), *Comportamento em foco: Análises teóricas, educação e questões sociais* (Vol. 9, pp. 136-152). Editora ABPMC.
- Schwab, J. R., & Dupuis, D. L. (2022). Masculinity and silence in the academic struggles of American male college students. *Emerging Adulthood, 10*(1), 249–263.
<https://doi.org/10.1177/2167696820983052>
- Sidman, M. (2009). *Coerção e suas implicações* (M. A. Andery & T. M. Sérgio, Trans.). Livro Pleno. (Trabalho original publicado em 1989)
- Silva, A. C., Chalella, G. R., Picoli, A., & Aggio, N. M. (2024). Revisão de Literatura: Gênero na Prática Clínica Analítico-Comportamental. *Revista Brasileira De Terapia Comportamental E Cognitiva, 26*(1), 174–187.
<https://doi.org/10.31505/rbtcc.v26i1.1965>
- Silva, E. C., & Laurenti, C. (2016). B. F. Skinner e Simone de Beauvoir: “a mulher” à luz do modelo de seleção pelas consequências. *Perspectivas em análise do comportamento, 7*(2), 197-211. <https://dx.doi.org/10.18761/pac.2016.009>
- Skinner, B. (1981). Selection by consequences. *Science, 213*(4507), 501–504.
<https://doi.org/10.1126/science.7244649>
- Skinner, B. F. (1984). *Contingências de reforço*. Abril Cultural.
- Skinner, B. F. (1986). The evolution of verbal behavior. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior, 45*(1), 115–122. <https://doi.org/10.1901/jeab.1986.45-115>

- Skinner, B. F. (2002). *Beyond Freedom and Dignity*. Hackett Publishing. (Trabalho original publicado em 1971)
- Skinner, B. F. (2003). *Ciência e Comportamento Humano* (J. C. Todorov & R. Azzi, Trad.). Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1953)
- Smith, M. A. (2012). Peer influences on drug self-administration: Social facilitation and social inhibition of cocaine intake in male rats. *Psychopharmacology*, 224, 81–90. <https://doi.org/10.1007/s00213-012-2737-6>
- Soares, P. (2018). Pain-aggression e agressão induzida por perda de pontos: Aproximações e descontinuidades. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 14(2), 163–170. <https://doi.org/10.18542/rebac.v14i2.7536>
- Soares, P., & de Carvalho Neto, M. (2016). Agressão e análise do comportamento: A história do modelo de “pain-aggression”. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 12(1), 65–74. <https://doi.org/10.18542/rebac.v12i1.4024>
- Sousa, A. da S. (2022). Masculinidade hegemônica: contingências relacionadas ao déficit de autocuidado à saúde em homens. *Perspectivas Em Análise Do Comportamento*, 13(2), 207–218. <https://doi.org/10.18761/PACa15gh45>
- Spendelow, J. S., & Joubert, H. E. (2018). Does Experiential Avoidance Mediate the Relationship Between Gender Role Conflict and Psychological Distress?. *American Journal of Men's Health*, 12(4), 688–695. <https://doi.org/10.1177/1557988317748123>
- Stapleton, A., McCloskey, C., & McHugh, L. (2025). Follow, Flex, and Flout: A Relational Frame Theory Account of Flexibility in the Context of Rule-Governed Behavior. *Behavioral Sciences*, 15(6), 1–11. <https://doi.org/10.3390/bs15060795>

- Sylvester, M., & Hayes, S. C. (2010). Unpacking masculinity as a construct: Ontology, pragmatism, and an analysis of language. *Psychology of Men & Masculinity*, 11(2), 91–97. <https://doi.org/10.1037/a0019132>
- Teese, R., Van Doorn, G., & Gill, P. R. (2023). Prospective associations between traditional masculinity and cannabis, hard drug, and alcohol use in Australian emerging adult men. *Personality and Individual Differences*, 200, 1–6. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2022.111877>
- Teixeira, C. M., Del Prette, A., & Del Prette, Z. A. P. (2016). Assertividade: uma análise da produção acadêmica nacional. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18(2), 56–72. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v18i2.883>
- Törneke, N., Luciano, C., Barnes-Holmes, Y., & Bond, F. (2016). RFT for clinical practice: Three core strategies in understanding and treating human suffering. In Zettle, R., Hayes, S., Barnes-Holmes, D., & Biglan, A. (Orgs.), *The Wiley Handbook of Contextual Behavioral Science* (pp. 254–273). Wiley Blackwell.
- Tourinho, E. Z. (1999). Conseqüências do externalismo behaviorista radical. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 15(2), 107–115. <https://doi.org/10.1590/S0102-37721999000200003>
- Tourinho, E. Z. (2003). A produção de conhecimento em psicologia: a análise do comportamento. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 23(2), 30–41. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932003000200006>
- Tourinho, E. Z. (2013). Cultural Consequences and Interlocking Behavioral Contingencies: Selection at the Cultural Level. *Behavior and Philosophy*, 41, 60–69. <https://www.jstor.org/stable/behaphil.41.60>

- Tourinho, E. (2016). Mundo interno e autocontrole. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 2(1), 21-36. <https://dx.doi.org/10.18542/rebac.v2i1.800>
- Tourinho, E. Z., & Vichi, C. (2012). Behavioral-analytic research of cultural selection and the complexity of cultural phenomena. *Revista Latinoamericana de Psicología*, 44(1), 169–179.
- Tseole, N. F., & Vermaak, K. (2020). Exploring the Influences of Hegemonic and Complicit Masculinity on Lifestyle Risk Factors for Noncommunicable Diseases Among Adult Men in Maseru, Lesotho. *American Journal of Men's Health*, 14(5), 1–11.
<https://doi.org/10.1177/1557988320958931>
- Vandenberghe, L., & Pereira, M. B. (2005). O papel da intimidade na relação terapêutica: Uma revisão teórica à luz da análise clínica do comportamento. *Psicologia: Teoria e Prática*, 7(1), 127–136.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872005000100010
- Vartanian, J. F., & Oshiro, C. B. K. (2021). Aplicações da Psicoterapia Analítica Funcional em um caso de dificuldades de intimidade. In C. K. B. Oshiro & T. A. S. Ferreira (Eds.), *Terapias contextuais comportamentais: Análise funcional e prática clínica* (pp. 77–92). Manole.
- Welzer-Lang, D. (2001). A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas*, 9(2), 460-482.
<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200008>
- Zamboanga, B. L., Merrill, J. E., Newins, A. R., Olthuis, J. V., Blumenthal, H., Van Hedger, K., Ham, L. S., Kim, S. Y., Perrotte, J. K., Lui, P. P., McChargue, D., & Piña-Watson,

- B. (2024). Comparing drinking game motives, behaviors, and consequences among varsity athletes, recreational athletes, and non-student-athletes: A multisite university study. *Journal of Studies on Alcohol and Drugs*, 85(3), 349–360.
<https://doi.org/10.15288/jsad.23-00128>
- Zamignani, D. R., & Banaco, R. A. (2005). Um Panorama Analítico-Comportamental sobre os Transtornos de Ansiedade. *Revista Brasileira De Terapia Comportamental E Cognitiva*, 7(1), 77–92. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v7i1.44>
- Zanello, V. (2018). *Saúde mental gênero e dispositivos: Cultura e processos de subjetivação*. Appris Editora.
- Zanello, V. (2020). Masculinidades, cumplicidade e misoginia na “casa dos homens”: um estudo sobre grupos de whatsapp masculinos no Brasil. In L. Ferreira (Org.). *Gênero em perspectiva* (pp. 79-102). Editora CRV.
- Zavaleta, D., Samuel, K., & Mills, C. T. (2017). Measures of social isolation. *Social Indicators Research*, 131, 367–391. <https://doi.org/10.1007/s11205-016-1252-2>
- Zettle, R. D., & Hayes, S. C. (1982). Rule governed behavior: A potential theoretical framework for cognitive-behavior therapy. In P. C. Kendall (Ed.), *Advances in cognitive-behavioral research and therapy* (Vol. 1, pp. 73–118).
<https://doi.org/10.1016/B978-0-12-010601-1.50008-5>
- Zilio, D. (2011). Algumas considerações sobre a terapia de aceitação e compromisso (ACT) e o problema dos valores. *Perspectivas Em Análise Do Comportamento*, 2(2), 159–165.
<https://doi.org/10.18761/perspectivas.v2i2.61>